

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
MESTRADO EM PSICOLOGIA

RITA DE CÁSSIA ASSIS ALVES

Significados atribuídos ao feminino por mulheres que trabalham e estudam
em ensino técnico profissionalizante.

Curitiba, 2019

RITA DE CÁSSIA ASSIS ALVES

Significados atribuídos ao feminino por mulheres que trabalham e estudam
em ensino técnico profissionalizante

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-Graduação de Psicologia, Área de
Concentração Psicologia Social Comunitária
da Universidade Tuiuti, como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Dr.^a Maria Cristina Antunes

Curitiba, 2019

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydney Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

A474 Alves, Rita de Cássia Assis.

Significados atribuídos ao feminino por mulheres que trabalham e estudam em ensino técnico profissionalizante / Rita de Cássia Assis Alves; orientadora Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Antunes.

83f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2019.

1. Gênero. 2. Mulher. 3. Trabalho. 4. Família. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia/ Mestrado em Psicologia. II. Título.

CDD – 331.4098162

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

Nome: Alves, Rita de Cássia Assis

Título: Significados atribuídos ao feminino por mulheres que trabalham e estudam em ensino técnico profissionalizante.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação de Psicologia, Área de Concentração Psicologia Social Comunitária da Universidade Tuiuti, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo a Deus. Sem ele eu não teria sido direcionada a tantas pessoas que se mostraram tão importantes no decorrer da realização deste trabalho.

A minha mãe, Maria Mercedes, que sempre me apoiou, e com certeza foi a base e o alicerce para que eu pudesse realizar este trabalho, sempre acreditando em mim. Obrigada pelo amor incondicional.

Aos meus filhos, que muitas vezes tiveram que abdicar da minha presença para que eu pudesse, incansavelmente, concluir meus textos e meus estudos. A minha vontade de ser melhor e me desenvolver sempre será impulsionada pela existência de vocês, meus amados.

A minha família, meus irmãos, sobrinhos, cunhados, obrigada por existirem.

Aos meus amigos que, de uma forma ou de outra, sempre acreditaram em mim, e por trazerem a leveza aos meus dias. A vocês minha gratidão.

Ao meu grupo de pesquisa, mulheres lindas de corpo e alma, minha eterna gratidão.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte do programa do Mestrado, e especialmente à minha orientadora, Dr.^a Maria Cristina Antunes, por todos os aprendizados, e por ter confiado e acreditado em mim. Meu muito obrigada.

Resumo

O objetivo geral desta pesquisa foi descrever como mulheres que moram em Curitiba e têm tripla jornada constroem os significados através de suas multitarefas: atividades do lar, profissionais e educacionais. Os objetivos específicos foram: identificar suas redes de apoio; descrever a distribuição de papéis na família; analisar os motivos que as levam a buscar a formação pela educação; e analisar como significam suas atividades do lar, atividades profissionais e educacionais. As participantes foram nove mulheres casadas, com filhos e que estudam em cursos técnicos em Curitiba. Para coleta de dados foi realizada uma entrevista com roteiro semiestruturado de perguntas sobre: dados sociodemográficos; papéis de gênero; divisão dos papéis no lar; mercado de trabalho; papel profissional; motivos para formação educacional; e rede de apoio. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e foi realizada análise de conteúdo. Os resultados das entrevistas apontaram a mulher sendo vista como alicerce do lar, na condição de provedora financeira e, em algumas situações, como a pessoa que coordena e harmoniza a família. Os hábitos recebidos na formação familiar são replicados por elas na educação dos filhos. A presença da ideia de uma mulher guerreira que busca se desenvolver em áreas pessoais e profissionais, e também, em alguns casos, da mulher “guerreira” que tem a capacidade feminina de suportar o sofrimento, também se apresentou. Outro fator evidenciado foi a mulher ser mais responsável que o homem. O homem como provedor financeiro do lar foi relatado como fator de grande relevância, assim como a consciência da cobrança social em torno dele. A presença do companheiro exercendo o papel de pai traz sintonia, respeito, e muitas vezes ele é o termômetro da relação. Em algumas famílias, a responsabilidade pela educação e pela imposição de regras e limites aos filhos cabe à mãe, e em muitas das decisões a última palavra é da mulher. No que diz respeito aos objetivos pessoais e profissionais, boa parte delas submetem seus desejos às realizações da família. Para elas, a grande prioridade é poder proporcionar aos filhos uma educação de qualidade mediante os estudos; a busca da casa própria, estudar e poder viajar são também fatores de grande significado. Relataram motivar-se a trabalhar por valores sociais, com o objetivo de fazer o bem ao próximo. A independência financeira, a satisfação pessoal alcançada por meio do trabalho, bem como a vivência no universo escolar proporcionaram mudanças positivas. Cuidados pessoais, para essas mulheres, têm grande significado. A responsabilidade das tarefas do lar se distribuiu em situações em que o homem colabora e em outras em que não colabora; tais tarefas apresentam-se naturalizadas como uma atividade feminina. Elas acreditam que os homens não dariam conta de administrar as inúmeras atividades por elas desempenhadas.

Palavras-chave: gênero, mulher, trabalho, família.

Abstract

The primary goal of this research was to describe how women who live in Curitiba and take on three shifts of work construct meaning through their several tasks: home, professional and educational tasks. The specific goals were: identify their support network, describe the family roles' distributions, analyse the reasons that lead these women to seek an educational training and how they signify their home, professional and educational duties. The participants were nine married women who have children and study in technical schools in Curitiba. In order to collect data a semi-structured interview was done asking questions about: social and demographic data, gender role, household chores, job market, reasons for choosing the educational training and support network. The interviews were recorded and transcribed and it was carried an analysis of content. The results of the interviews pointed to the woman being perceived as the house foundation, in the position of primary source of income and in some situations as the person who coordinates and harmonizes the family. The repetition of the habits received in the family formation is reproduced by these women in the child-rearing. The presence of the idea of a "warrior" woman who looks for development in the personal and professional field, and also in a few cases of the "warrior" woman who has the female ability to bear suffering has also been presented. Another factor that was evidenced was the factor of women being more responsible than men. Man as the source of income was reported as a really relevant factor, as well as the awareness of the social demand on him. The presence of the father brings harmony, respect and many times he is the thermometer of this relation. In some families the responsibility for the education and the imposition of rules and limits of the children is on the mother and many decisions who has the last words is the woman. In the personal and professional goals a great number of women subordinate their desires to the family achievements, for them the main priority is to be able to provide their children with fine quality studies, acquire their own houses, study and to be able to travel holds a great importance as well. They reported to feel motivated to work for social values, doing good for the others. Financial independence, the satisfaction achieved through work, as well as the experience in academic world gave them positive change. The house duties were dispensed in situations in which the man collaborates and in moments when he does not, the naturalization is presented as a female task. Personal care for these women holds great importance, they believe that men would not cope with the numberless tasks that they are able to perform.

Keywords: gender, woman, work, family.

Apresentação

A partir de escutas em sala de aula e no comércio, e de minhas próprias reflexões e indagações, deparei com o tema deste estudo. Sou formada em Letras e especialista em Linguística, além de mãe de dois lindos filhos, empreendedora há 20 anos na área de moda íntima, moda *fitness* e moda praia. Sempre atuei, e ainda atuo, nesse universo feminino, em paralelo com ações que visam fortalecer o empreendedorismo feminino, como a Câmara da Mulher Empreendedora e Gestora de negócios do Paraná, em que fui diretora por oito anos consecutivos. Observei a busca constante da independência – seja ela profissional, financeira ou até mesmo social – de várias mulheres. Foi no mestrado em Psicologia que me impulsionei a pesquisar sobre o tema apresentado.

Emancipação feminina é buscar, de maneira igualitária, os direitos políticos, jurídicos e econômicos em comparação ao universo masculino. Buscar a liberdade vai além: é proporcionar relações diversas de gênero, para que as mulheres sejam reconhecidas como pessoas autônomas e independentes (Rodrigues, 2012).

Na busca por sua independência, as mulheres têm a necessidade de se qualificar. Para que elas se mantenham ativas nesse cenário mercadológico, o mercado de trabalho exige, cada vez mais, sua formação continuada. Diante de tantas exigências, elas ainda continuam a desenvolver seu papel na administração doméstica e cuidados do lar. Repensar a jornada de trabalho feminina revelou-se importante para este estudo, que visa compreender o papel da mulher na sociedade e a dinâmica das tarefas desenvolvidas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Participação na PEA, por gênero – Brasil – 1950 a 2010	12
Figura 2.	Rendimento médio do trabalho principal da população ocupada com 16 anos ou mais de idade	13
Figura 3.	Renda média de quem não tem instrução.....	14

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Categorização dos dados qualitativos encontrados nas respostas a entrevista.....	46
Quadro 2.	Categoria de “Motivações para o trabalho”.....	46
Quadro 3.	Categoria “Concepções sobre os papéis masculinos e femininos”....	49
Quadro 4.	Categoria “Divisão dos papéis no lar”.....	54
Quadro 5.	Categoria “Motivação para o estudo”.....	57
Quadro 6.	Categoria “Conciliação das atividades”.....	61

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1. Gênero.....	17
1.2. Movimentos feministas.....	21
1.3. História da mulher no mercado de trabalho.....	27
1.4. Pesquisas sobre mulheres no mercado de trabalho.....	33
1.5. Psicologia Social Comunitária.....	35
2. OBJETIVOS.....	41
3. MÉTODO.....	42
3.1. Participantes.....	43
3.2. Instrumentos.....	43
3.3. Procedimentos.....	32
3.4. Análise de dados.....	32
4. RESULTADOS.....	45
4.1. Motivações para o trabalho.....	46
4.2. Concepção sobre os papéis masculinos e femininos.....	49
4.3. Divisão dos papéis no lar.....	54
4.4. Motivação para o estudo.....	57
4.5. Conciliação das atividades.....	61
5. CONCLUSÕES.....	66
REFERÊNCIAS.....	69
ANEXOS.....	80

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Oliveira (2005), Vieira, Bossardi, Gomes, Bolze e Piccinini (2014), no modelo tradicional de família, o homem era o provedor financeiro e a mulher se ocupava das atividades domésticas em período integral. A distribuição de papéis de gênero ocorria não só no que diz respeito ao posicionamento de cada indivíduo no contexto familiar e na sociedade, mas também com relação aos modelos culturais e sistemas de valores vigentes.

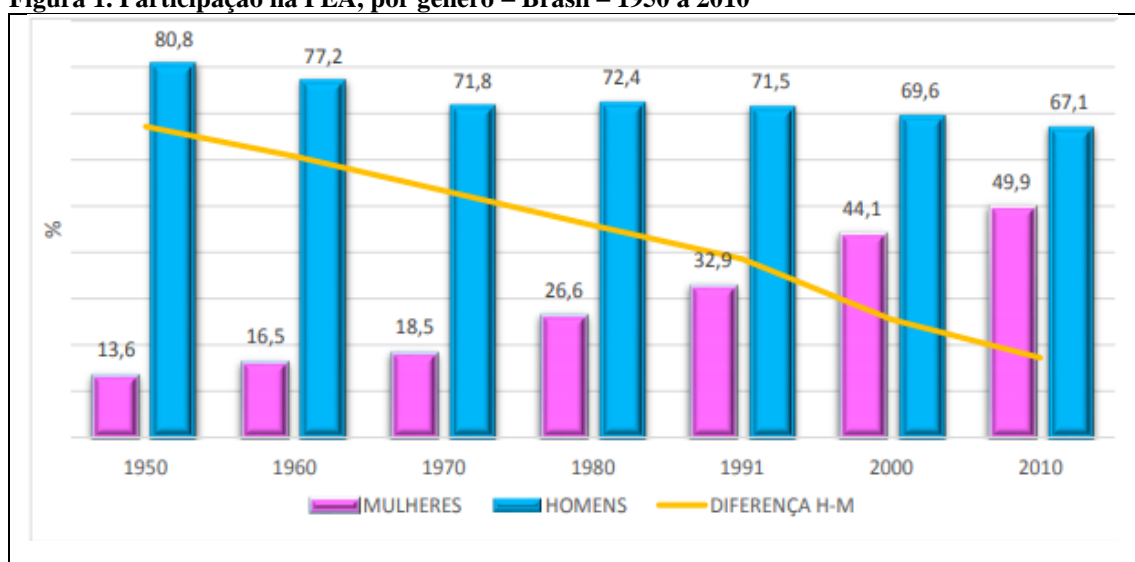
Existe uma assimetria nas relações sociais, na divisão de poder econômico e na divisão de trabalho entre os sexos que perpassa a questão das relações de gênero ao longo da história (Hirata, 2009). Devido a inúmeras barreiras culturais, dentre as quais está a divisão sexual do trabalho, que tradicionalmente atribui às mulheres a responsabilidade pelos cuidados da família e socialização dos filhos, o tempo das mulheres para se dedicar ao mercado de trabalho é restrito. Com isso, a participação feminina no mercado de trabalho é menor que a masculina (Bruschini, 2006).

Grande parte das mulheres sempre trabalhou. A esse respeito, existem registros oficiais datados de 1872, época em que as mulheres representavam 45,5 % da força de trabalho. Muitas das atividades, entretanto, eram desenvolvidas no contexto doméstico. Após 1920, a participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) reduziu-se drasticamente (Brumer, 1988).

Jablonski (2010) sugere que o conceito de família demanda reflexão, pois o modelo anteriormente apresentado nos anos 1950 – no qual a mulher ficava em casa cuidando do lar e dos filhos e o pai (provedor) saía para trabalhar – deixou de ser predominante.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) demonstram essa mudança, pois a participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) vem crescendo, passando de 13,6% em 1950 para 49,9% em 2010. Já no que se refere à participação masculina na PEA, pode-se constatar que vem diminuindo, tendo passado de 80,8% em 1950 para 61,7% em 2010. Isso reduziu significativamente a diferença que existia entre homens e mulheres na composição da PEA, como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1. Participação na PEA, por gênero – Brasil – 1950 a 2010

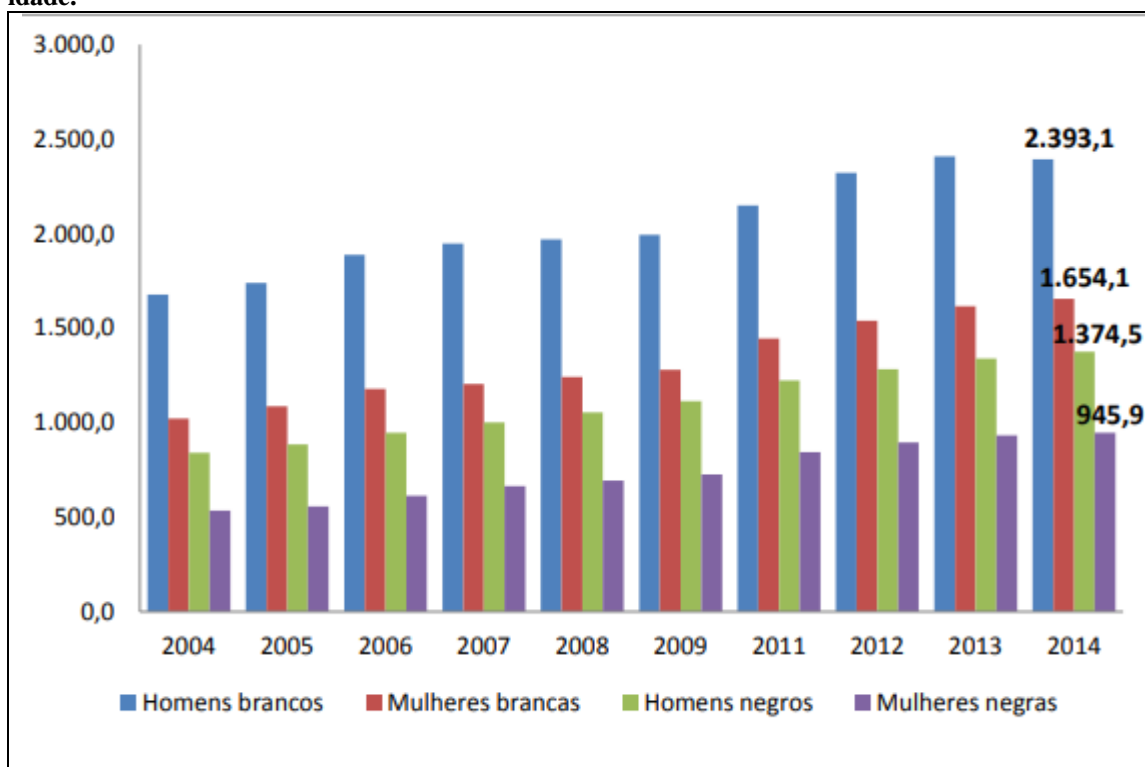


Fonte: Censos Demográficos do IBGE – 1950 a 2010

Entretanto, embora a participação feminina no mercado de trabalho venha crescendo, uma das maiores lutas das mulheres é desafiar a estrutura patriarcal, para conquistar direitos iguais que possibilitem a aquisição de sua independência e autonomia (Millett, 1970). As relações de gênero precisam ser levadas em consideração não apenas no âmbito familiar como também no contexto empresarial, pois as relações desiguais ainda trazem algumas dificuldades para a participação efetiva da mulher no mercado de trabalho.

Historicamente, "as mulheres enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho, tanto para conseguir uma ocupação quanto para mantê-la e, principalmente, por auferir rendimentos menores que os homens" (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2013, p. 1). Dados do IBGE (2014) evidenciam diferenças significativas entre os salários recebidos por homens e mulheres no período de 2004 a 2014. Durante a década, conforme pode ser observado na Figura 2, o rendimento salarial de homens brancos se manteve superior ao de mulheres brancas, bem como o de homens negros se manteve superior ao de mulheres negras.

Figura 2. Rendimento médio do trabalho principal da população ocupada com 16 anos ou mais de idade.



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: Disco/Ipea

* a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) não foi realizada nos anos de 2000 e 2010

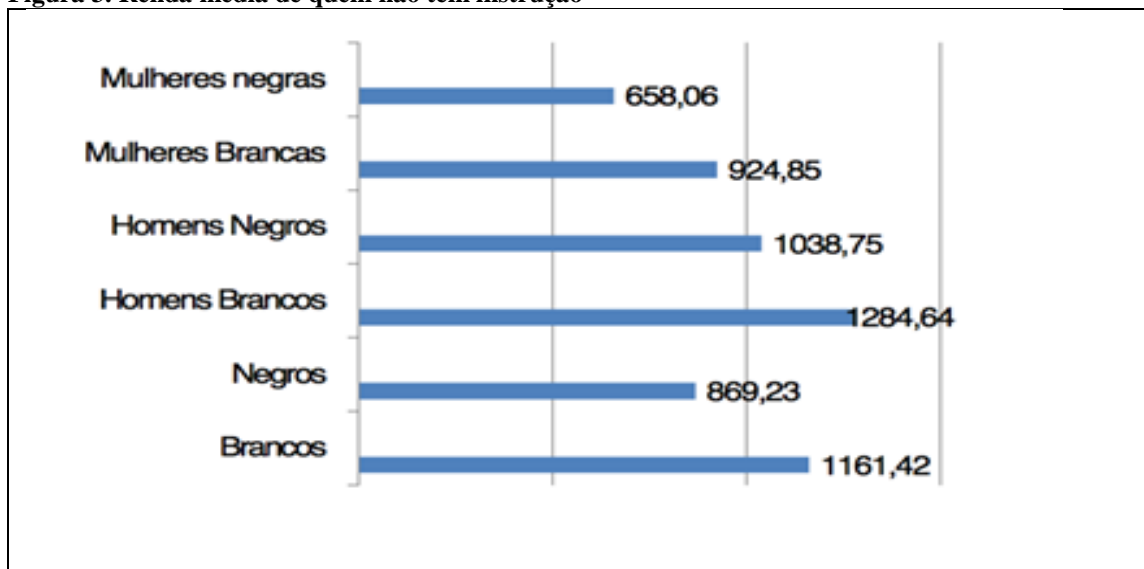
** a população negra é composta de pretos e pardos

*** rendimento do trabalho principal deflacionado com base no INPC, período de referência set./2014

Ao aprofundar pesquisas da renda média, por raça, de quem não tem instrução, os dados do IBGE (2017) demonstram que mulheres negras recebem os menores salários e ganham 13% a menos que mulheres brancas. Quando comparada a renda de

homens brancos e mulheres negras, temos um percentual de 19%, em média, de rendimento a mais para os homens (Figura 3).

Figura 3. Renda média de quem não tem instrução



Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2017)

Dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2013* ([PNAD-2013], IBGE, 2015) demonstram que 88% das mulheres brasileiras que têm trabalho remunerado acumulam trabalhos domésticos; entre os homens, apenas 46% acumulam atividades domésticas às atividades remuneradas.

Outro fator importante a ser observado é a diferença na jornada de trabalho entre homens e mulheres. De acordo com dados do IBGE (2012), as mulheres trabalham aproximadamente 35 horas semanais em atividades remuneradas e 21 horas semanais em atividades domésticas. A jornada masculina dedicada ao trabalho principal, por sua vez, é de 42 horas, ao passo que 10 horas são dedicadas às atividades domésticas. Assim, as mulheres trabalham quatro horas semanais a mais que os homens; as jornadas "semanais totais das mulheres são mais longas que as dos homens, atingindo 55,9 horas semanais . . . contra 51,8 horas dos homens em média" (Brasil, 2015, p. 20).

Portanto, apesar das inúmeras lutas e conquistas, a classe feminina tem muito a fazer para adquirir igualdade de condições profissionais em relação aos homens. Segundo Freitas (2006), "o caminho percorrido não levou a uma igualdade plena entre os sexos, pois a conciliação do trabalho doméstico com o profissional permanece sendo responsabilidade das mulheres" (p. 19). É importante refletir sobre o processo da construção dos papéis sociais:

Os papéis são tipos de atores neste contexto. Pode ver-se facilmente que a construção de tipologias dos papéis é um correlato necessário da institucionalização da conduta. As instituições incorporam-se à experiência do indivíduo por meio dos papéis. Estes linguisticamente objetivados são um ingrediente essencial do mundo objetivamente acessível de qualquer sociedade. Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele (Berger & Luckmann, 1986, p.103).

Os papéis representam a ordem institucional que delimita e prescreve as condutas que devem ser desempenhadas pelos atores de uma determinada realidade. A construção de papéis sociais é intrínseca ao processo de socialização primária e secundária dos indivíduos:

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. (Berger & Luckmann, 1986, p. 175).

Enquanto a socialização primária se orienta para formar a identidade social, integrando os indivíduos à sociedade e reproduzindo o mundo social, a socialização secundária está voltada para a produção da identidade e inserção do indivíduo em novos modelos relacionais. A construção dos papéis sociais, dentro da realidade da vida cotidiana, atribui muitos significados aos objetos. Essa construção de significados é atribuída ao universo simbólico, através de regras e crenças, criando assim padrões sociais. Essa ordem social precede o desenvolvimento individual e existe unicamente

como produto da atividade humana (Berger & Luckmann, 1986). Assim, compreende-se que:

Toda atividade humana está sujeita ao hábito. Qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão, que pode em seguida ser reproduzido com economia de esforço e que, *ipso facto*, é apreendido pelo executante como tal padrão. O hábito implica além disso que a ação em questão pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com o mesmo esforço econômico (Berger & Luckmann, 1986, p. 77).

As ações habituais legitimam os papéis sociais e individuais, ou seja, os papéis são institucionalizados e construídos por meio de condutas, experiências, que são linguisticamente objetivadas como um ingrediente essencial. O indivíduo participa de um mundo social ao desempenhar papéis e tem uma relação especial com a legitimação da sociedade (Berger & Luckmann, 1986).

A legitimação tem caráter prescritivo, uma vez que “não apenas diz para o indivíduo por que deve realizar uma ação e não outra, diz-lhe também por que as coisas são o que são” (Berger e Luckmann, 1986, p.129). Desse modo, é possível compreender a construção do papel da mulher na sociedade como um produto da institucionalização de condutas e hábitos socialmente atribuídos ao gênero feminino.

Uma pesquisa realizada com mulheres angolanas (Lopes, 2010) relata como elas constroem caminhos capazes de desenvolver e fortalecer sua autonomia através do trabalho. O estudo buscou compreender, pelas experiências vivenciadas por essas mulheres, as relações de gênero, que são fortemente alicerçadas pelas influências patriarcais e culturais africanas. Através do diálogo estabelecido com essas mulheres, foi possível compreender as situações de opressão, exploração e discriminação vividas por elas. O papel da mulher sempre foi associado ao de esposa e companheira, que tem a função de acalentar os dias difíceis de seu companheiro servindo-o como um senhor, não podendo a mulher ter ideias próprias, nem decisões e nem autonomia.

As reivindicações femininas por respeito, valorização, melhores salários e igualdade de oportunidades em relação aos homens estão vinculadas às lutas femininas em busca de autonomia e independência. Mesmo diante de um contexto de desigualdades, a contribuição da mulher é muito relevante para a dinâmica econômica da família, bem como para o reconhecimento de sua importância como cidadã ativa e contribuinte da sociedade. Para manter-se ativa num mercado cada vez mais exigente, a mulher percebe a necessidade de se qualificar. Entretanto, apesar de se qualificar para o mercado de trabalho, a mulher não deixa de participar na administração e nos cuidados do lar. (Hirata, 2009).

1.1 Gênero

Gênero se refere a uma categoria de análise por meio da qual se pode compreender a forma como as relações sociais entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres e entre homens e homens se estabelecem e foram construídas ao longo da história, a partir das diferenças percebidas entre os sexos (Scott, 1995; Fonseca, 2008).

O gênero relaciona-se com a cultura e está diretamente vinculado à classificação social do masculino e do feminino. O sexo refere-se às diferenças biológicas entre homem e mulher, diz respeito à natureza, às diferenças anatômicas entre eles. O gênero está relacionado aos papéis atribuídos ao feminino e ao masculino, que são socialmente construídos e que justificam as desigualdades e relações assimétricas de poder entre homens e mulheres (Oakley, 1972; Benevento & Santana, 2013, Padilha & Antunes, 2015).

De acordo com a análise de Scott (1995), gênero é como “uma referência com base na qual se decodificam o sentido e a complexidade das relações sociais” (p. 86). O conceito de gênero não se restringe aos papéis sociais desempenhados por homens e

mulheres, ele perpassa a estrutura e a organização da sociedade (Scott, 1995; Fonseca, 2008). O gênero é um dos elementos constitutivos das relações sociais, refere-se à forma como a cultura atribui significados às relações de poder entre homens e mulheres utilizando os símbolos culturalmente construídos, os conceitos normativos e as instituições sociais transmissoras da cultura (Scott, 1995, Padilha & Antunes, 2015).

Os seres se formam pela totalidade de suas interações com os outros – deem-se elas por meio do corpo, do intelecto, da emoção, do caráter etc. –, são a história de suas convivências sociais, passando por oposições e diferenças de gênero, classe e raça (Saffioti, 1992). Além de influenciar a forma como ocorre a estruturação dos sistemas simbólicos e a vida social, o gênero, os símbolos associados a ele, bem como as normas e os costumes, as regras sociais e a naturalização das relações hierárquicas de poder entre os gêneros masculino e feminino são estruturantes da personalidade dos indivíduos (Scott, 1995).

Para Heilborn (1990), a expressão “gênero” começou a ser utilizada para atribuir situações culturais a cada um dos sexos e à dimensão biológica dos seres humanos. Mas o gênero é definido pelas relações sociais, assim como pela cultura e pelo sistema simbólico no qual as pessoas estão inseridas, ou seja, não é consequência dos dois sexos, masculino e feminino (Osterne, 2001). As desigualdades apresentadas nas relações de gênero são construídas por meio das relações culturais, dos papéis sociais impostos a homens e mulheres. Essas desigualdades desenvolvem-se através do processo de socialização dos indivíduos. A sociedade imputa ao sexo feminino, desde a infância, que as mulheres sejam dóceis, delicadas e passivas. Ao contrário disso, aos homens é sugerido que tomem a iniciativa, extravasando a sua agressividade no cotidiano. A elas são impostos os sentimentos, as emoções e a sensibilidade; a eles, a superioridade, a altivez e a razão (Osterne, 2001, Padilha & Antunes, 2015).

Os modelos de conduta para homens e mulheres são definidos através da construção social de atributos associados aos gêneros e não por meio do sexo biológico (Benevento & Santana, 2013). Esses padrões de conduta moralmente atribuídos aos gêneros são prescritos socialmente por modelos impostos de forma autoritária (Izquierdo, 1990).

Embora possa existir dominação na relação entre dois homens ou duas mulheres, sua ocorrência é mais habitual nas relações entre sexos opostos. Saffioti (1992) defende que esse conceito é mais amplo e existe onde impera a dominação, pois nem sempre se dá de um sexo sobre o outro.

Para Scott (1995), o indivíduo se constitui nas relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e através das relações de poder. O conceito de gênero contempla duas partes com seus subconjuntos, que se inter-relacionam, e precisam ser analisadas de forma diferenciada, pois embora ligadas são distintas entre si:

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (Scott, 1995, p. 86).

O conceito de gênero surgiu do sistema de sexo-gênero com a intenção de posicionar os dois níveis diferenciais que a condição sexual comporta (Costa & Bruschini, 1992).

Para Carloto (2001), existem bases biológicas dos sexos – feminino e masculino – que representam as categorias macho e fêmea, e existem os gêneros: masculino e feminino, que são categorias produzidas pela cultura. Ambas as categorias produzem interferência na elaboração de nossa existência, contribuindo de forma conjunta para a produção da existência no contexto social.

Os estudos de gênero são campos de pesquisa acadêmica, seja na psicologia, antropologia ou sociologia, e têm o intuito de compreender as relações existentes entre os gêneros feminino e masculino, a diversidade sexual e o panorama das mulheres na sociedade (Jurkewicz, 2005). Estudar o conceito de gênero permite avaliar de forma mais cuidadosa alguns processos de valor que diferenciam o feminino e o masculino, que geram as desigualdades de poder (Louro, 2003).

Falar sobre gênero permite refletir sobre as diferenças sem deixar de considerar que estas remetem à discriminação e desigualdade entre homens e mulheres (Saffioti, 1992). Os papéis atribuídos culturalmente aos gêneros vincularam o lugar da mulher na sociedade ao lugar existencial da produção num papel doméstico, dentro de uma esfera privada, ao passo que o papel masculino esteve vinculado ao papel de provedor e da produção numa esfera pública (Izquierdo, 1990; Padilha & Antunes, 2015).

Uma das primeiras pesquisadoras a abordar o tema foi a antropóloga Margaret Mead, nos anos 1930. No livro *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*, Mead (1935/2008) descreve suas pesquisas com três povos de Papua-Nova Guiné e diz que o temperamento não provém diretamente da sexualidade biológica, mas é construído pelas relações sociais.

Nem os Arapesh, nem os Mundugumor sentem a necessidade de instituir uma diferença entre os sexos. O ideal Arapesh é um homem doce e sensível, casado com uma mulher igualmente doce e sensível. Para os Mundugumor, é aquele de um homem violento e agressivo, casado com uma mulher violenta e agressiva também (Mead, 1935/2008, p. 18).

Mas certamente Simone de Beauvoir, com sua obra *O segundo sexo* (publicada em 1949), foi pioneira na análise e descrição da identidade feminina. Seu estudo precedeu à elaboração do conceito de gênero cunhado por Stoller em 1968 (Saffioti, 1999). Stoller popularizou a noção de gênero entre os psicólogos e os pesquisadores de ciências sociais (Thébaud, 2005).

Além de Stoller, os psicólogos norte-americanos Money e Ehrhardt, nos anos 1960, estavam interessados em entender as pessoas com “sexo dúbio”, ou seja, com características tidas como do sexo feminino e do sexo masculino simultaneamente (Carvalho, 2011).

Posteriormente, esse conceito foi expandido por Gayle Rubin em seu artigo “The Traffic in Women”, publicado em 1975 (Saffioti, 1999). O conceito de gênero foi usado pela segunda onda do feminismo dos anos 1960 e 1970, mas seu uso efetivou-se por pesquisadoras feministas no início dos anos 1980. Essas pesquisas iniciaram, nos Estados Unidos, anteriormente à França e outras partes da Europa e da América Latina. Na França, a temática começou a ser tratada no final dos anos 1980.

De acordo com Perrot (1995), houve uma transformação nos pontos de vista a respeito das questões de gênero na historiografia francesa e também na norte-americana:

Ambas partem de uma história das mulheres um pouco restrita para uma história sobre gênero, sobre relações entre os sexos; partem de uma história social em direção a uma história mais preocupada com as representações e consciente da importância dos símbolos, refletindo intensamente acerca de algumas noções, tais como “cultura” e “poder” das mulheres – ainda hoje a questão do poder político chama a atenção. (p. 21).

No Brasil, os estudos de gênero ocorreram por volta das décadas de 1980 e 1990, acompanhados dos diferentes momentos dos movimentos sociais feministas (Rago, 1998), conforme descrito na próxima sessão deste estudo.

1.2 Movimentos feministas

Por muito tempo, a mulher foi vista como um sexo submisso, frágil, com a missão apenas de reproduzir (Hahner, 1981). Filósofos como Aristóteles já defendiam essa ideia de submissão da mulher e a superioridade do homem. Com a institucionalização da família, o papel doméstico da mulher é efetivado (Strey, 2007).

De acordo com Rabay e Carvalho (2011), a luta feminina pelo reconhecimento de direitos de cidadania se inscreveu na história do feminismo, e esse movimento ocorreu em sucessivas ondas e em diferentes vertentes. Em meados do século XIX, entre a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial, as mulheres se organizaram em coletivos para lutar por seus direitos, dando origem à primeira onda do movimento feminista. Essa primeira onda era formada por proletárias que reivindicavam direito a igualdade de condições de trabalho. Nesse mesmo período, surgiu o movimento das sufragistas, que era majoritariamente formado por mulheres da classe alta que lutavam pelo direito ao voto. Por volta de 1913, o movimento de mulheres sufragistas deu início a reivindicações pelo voto no Reino Unido (Siqueira, 2015; Carvalho, 2011; Mendes, 2002).

Paralelamente a essa primeira onda do feminismo europeu, surgiu nos Estados Unidos e no Reino Unido um movimento de mulheres que tinha como foco a oposição aos casamentos arranjados e a promoção da igualdade dos direitos de propriedade e contratuais. Ainda nessa época, as feministas Margaret Sanger e Voltairine de Cleyre realizavam campanhas pelos direitos econômicos, reprodutivos e sexuais (Carvalho, 2011; Mendes, 2002).

No Brasil, a primeira onda do feminismo chegou em 1889 com a Proclamação da República (Siqueira, 2015). Nesse movimento, “As sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto” (Pinto, 2010, p. 16). Nesse período, muitas mulheres ainda eram analfabetas, vítimas de grandes opressões e profissionalizadas em tarefas domésticas. Além da luta pelo sufrágio, iniciou-se a busca por trabalho assalariado, direito ao divórcio e instrução educacional. Com a visibilidade que o movimento feminista proporcionou, muitas mulheres iniciaram seus estudos em

nível superior, e boa parte delas, já graduadas, iniciaram sua carreira de docentes (Pinto, 2010).

Outro movimento feminista marcante na primeira onda foi o das operárias de ideologia anarquista – chamado de União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas –, que lutavam para melhorar a situação das mulheres nas fábricas, nas oficinas onde frequentemente eram maltratadas (Pinto, 2010).

Com o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, foram instituídos o voto secreto e o voto feminino, tendo esse direito sido incorporado posteriormente no art. 108 da Constituição Federal de 1934 (Soihet & Pedro, 2007).

Junto à conquista do direito ao voto, as mulheres conquistaram um espaço de reconhecimento de sua força de trabalho através do Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932, que estabelecia direito a salários iguais para homens e mulheres (Probst & Ramos, 2003):

“Sem distinção de sexo a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual; veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 da manhã; é proibido o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; é proibido despedir mulher grávida pelo simples fato da gravidez”. Mesmo com essa conquista, algumas formas de exploração perduraram durante muito tempo. (p.1).

Já na década de 1960, iniciou-se a segunda onda do movimento feminista, que trouxe questões específicas da mulher para o debate, tais como: a sexualidade, a família, o mercado de trabalho, os direitos reprodutivos e as desigualdades, reivindicando que as peculiaridades femininas fossem protegidas e reconhecidas (Araújo, Bedin & Cittadino, 2015). A segunda onda também trouxe a reflexão sobre a violência doméstica, além da luta pela criação de locais para mulheres maltratadas e por mudanças nas leis de custódia e divórcio. (Araújo, Bedin & Cittadino, 2015).

No fim da década de 1960, os Estados Unidos e a Europa eram palco de inúmeras discussões sobre a liberdade e demais direitos das mulheres. Um movimento

marcante dessa época foi o “Bra-Burning”, também conhecido por “queima de sutiãs”. Essa manifestação ocorreu em 1968, em Atlantic City, nos Estados Unidos, e reuniu cerca de 400 mulheres que protestaram contra a opressão feminina durante um concurso de *misses* americanas. Este foi um dos primeiros movimentos públicos a questionar o padrão e a “ditadura da beleza” que é historicamente imposta pela sociedade e pregada pelas mídias (Pinto, 2010).

No Brasil, nessa mesma época, vivia-se o regime militar, e durante esse período aconteceram importantes manifestações feministas. Pelas condições limitadas que o País vivia, o regime militar considerava que qualquer manifestação feminista era política e moralmente perigosa. Nesse período, muitos tabus femininos foram quebrados com a participação das mulheres nos grupos guerrilheiros que surgiram por volta de 1964 (Pinto, 2010).

O momento mais significativo da segunda onda no Brasil ocorreu juntamente com a redemocratização do País no período da ditadura militar, e foi quando o feminismo brasileiro ganhou o traço de movimento de massa (Senkevics, 2013). Para Soares (1994), “o movimento de mulheres nos anos 1970 trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades” (p. 13). O feminismo das décadas de 1960 e 1970 foi um movimento social que procurava a proteção de direitos igualitários para homens e mulheres, como jornada de trabalho menor, direito ao voto, licença maternidade, liberdade sexual, trabalho, entre outros (Zirbel, 2007).

Carvalho (2011) resume essas duas primeiras ondas feministas afirmando que a primeira ocorreu por meio do Movimento Sufragista, que lutou pela conquista da mulher à educação e ao voto, e que “a segunda onda foi o movimento de Libertação das Mulheres, na década de 1960” (p. 15).

Na década de 1980, vários grupos de mulheres brasileiras se uniram na luta, trazendo questionamentos relacionados a violência, igualdade no casamento, direito a terra, orientação sexual etc. (Pinto, 2010). Nesse período, "o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero" (Sarti, 1996, p. 8).

Nos anos 1980, as ideias feministas ganharam porta-vozes que difundiram a luta por direitos das mulheres no cenário político e social brasileiro. Essas vozes encontraram um clima favorável e receptivo às suas demandas, pois o País passava por um processo de modernização e lutava para a implantação da democracia. Assim, "os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social" (Sarti, 1996, p. 8).

A mais expressiva vitória do feminismo brasileiro foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que resultou no aparecimento de grupos como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), para o fortalecimento da luta das mulheres pelos seus direitos (Pinto, 2010).

A terceira onda do feminismo teve início na década de 1990 e começou a trazer à tona o debate da diversidade entre as mulheres e as questões de identidade de gênero (Garcia, 2011). Teve como ideal uma interpretação pós-estruturalista do gênero, bem como da sexualidade, destacando as mulheres negras que não eram representadas nos movimentos feministas. As mulheres negras e feministas buscavam participar dos movimentos, pois observava-se uma elitização da participação feminina, ou seja, somente mulheres estudadas e de classes médias participavam desses movimentos (Ribeiro, 2014).

Foi a partir daí que as questões de gênero e a diversidade feminina começaram a ganhar voz, através da participação das minorias feministas. As feministas da terceira onda visavam mudanças relacionadas aos estereótipos, à linguagem e à maneira como as mídias retratavam as mulheres. O intuito era o de celebrar as distintas identidades e deixar de lado a ideia do “feminismo vítima”, expressão aplicada na segunda onda (Araújo, Bedin & Cittadino, 2015). Rabay e Carvalho (2011) referem que, tanto no Brasil como no restante do mundo, os movimentos feministas vêm ocorrendo em ondas:

Diversos estudos sobre a história do movimento feminista nomeiam como “onda” alguns momentos históricos em que houve uma sequência de movimentos e organizações feministas com a mesma pauta de reivindicações. No Brasil, assim como no mundo ocidental, a “primeira onda” se refere ao Movimento Sufragista; a “segunda onda”, que começa na década de 1970 entre nós e na década de 1960 nos Estados Unidos, se caracteriza pela crítica radical, teórica e prática, ao modelo de mulher e de família vigente. A “terceira onda”, identificada nos anos 1990, evidencia “novas” mulheres: as negras, as lésbicas, as mulheres do terceiro mundo, as transgêneros, entre outras. (p. 86).

Diante de todo esse contexto de lutas pelos direitos, é importante reconhecer a grande participação do movimento feminista nessas conquistas e na elaboração de um novo olhar para os padrões machistas impostos pela sociedade. É possível perceber que, em cada época, os movimentos feministas se caracterizaram por pautas de reivindicações específicas relacionadas às ideologias predominantes naquele período sócio-histórico e político (Saffioti, 1986).

Por muito tempo, a mulher ocupou um lugar secundário na sociedade, ficando tutelada pelo marido que tinha controle de sua vida pública e privada. Embora a mulher venha conquistando espaços, ela continua a ser responsabilizada pela vida doméstica, sendo cobrada por dedicar-se à vida profissional, por deixar de cuidar da família em tempo integral e ter que dividir tarefas domésticas com o marido (Alves & Pitanguy, 2003).

Entretanto, como “os papéis sociais-sexuais não estão ainda reformulados, as mulheres se veem assoberbadas pelo duplo papel que passaram a cumprir, assumindo com o homem o sustento da família, mas não partilhando com ele os encargos domésticos” (Alves & Pitanguy, 2017, p. 65), fato que acarreta uma dupla jornada de trabalho.

Na busca de sua emancipação econômica e social, e pelo direito ao trabalho nas últimas décadas, a mulher intensificou a sua luta no combate à opressão. Mas as desigualdades continuam até os dias de hoje, e permanecem as diferenças de direitos atrelados aos diferentes gêneros, o que demanda que a luta feminista continue avançando pela igualdade de direitos.

1.3 História da mulher no mercado de trabalho

Entender a construção histórica da inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil é peça importante para compreender sua influência direta na redefinição de papéis sociais de homens e mulheres (Cunha & Vasconcelos, 2016).

As mulheres sempre tiveram um papel muito significativo na vida das famílias. Assim, quando iniciaram seu ingresso no mercado de trabalho, os cargos que ocupavam – domésticas, enfermeiras, professoras etc. – também estavam associados ao cuidado (Rezende & Pereira, 2013). O cuidado sempre foi um elemento tipicamente feminino, aprendido no contexto doméstico, sendo as mulheres, assim, mais aptas a desenvolver certas profissões por ser consideradas mais qualificadas para elas (Freitas, 2007).

A iniciação da mulher no mercado de trabalho formal se deu na revolução industrial. Em virtude da necessidade de complementar a renda familiar, as mulheres trabalhavam de forma precária e eram obrigadas a desenvolver atividades intensas e mal remuneradas (Girão, 2001).

Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, no período de industrialização, no século XVIII, a divisão sexual do trabalho tornou-se mais evidente, uma vez que a elas eram delegadas funções não qualificadas e de baixa remuneração, sob a justificativa de que não possuíam conhecimento para ocupar funções de supervisão dos serviços. Não obstante a mulher não tenha sido valorizada, essa inserção no mercado de trabalho foi um importante avanço no sentido de validar sua participação em atividades que anteriormente eram permitidas exclusivamente aos homens (Macedo, 1985).

Com a entrada das mulheres no trabalho das fábricas, elas passaram a ser reconhecidas como trabalhadoras. Entretanto, apesar dessa inserção formal no universo da produção, houve grande rejeição desse novo papel feminino pela sociedade, e a representação social do papel feminino vinculado às atividades domésticas e aos cuidados com os filhos permanece até os dias atuais (Alves & Pitanguy, 2017).

Durante a I e a II Guerras Mundiais, houve maior inserção feminina no mercado de trabalho. Os homens eram recrutados para as guerras e as mulheres precisavam deixar casa e filhos para trabalhar e assumir o papel de provedoras da família. Muitos homens morreram e, ao final das guerras, outros tantos não puderam voltar a trabalhar por terem sido mutilados. As mulheres precisaram desenvolver atividades que lhes rendessem o sustento de suas famílias (Probst & Ramos, 2003).

Entretanto, o trabalho da mulher era menos valorizado pela sociedade:

As que ficavam viúvas, ou eram de uma elite empobrecida, e precisam se virar para se sustentar e aos filhos, faziam doces por encomendas, arranjo de flores, bordados e crivos, davam aulas de piano etc. Mas além de pouco valorizadas, essas atividades eram mal vistas pela sociedade (Probst & Ramos, 2003, p. 1).

Nogueira (2001) refere que, embora a sociedade capitalista tenha requisitado a força de trabalho feminina no pós-guerra, o papel da mulher na esfera pública era frequentemente questionado:

A expansão das oportunidades de emprego durante e após a guerra não significou maior igualdade para as mulheres no trabalho; pelo contrário, existiram pressões contraditórias no que diz respeito à resposta das mulheres a essas oportunidades. Se, por um lado, as mulheres foram encorajadas a assumir os trabalhos que lhes eram oferecidos, por outro lado, eram bombardeadas com mensagens contraditórias, que acentuavam que seu verdadeiro lugar era em casa a tratar da família. O discurso típico dos anos 50, que referia os malefícios psicológicos que uma mulher casada e com filhos trabalhar fora de casa poderia provocar nos seus filhos constituiu uma mensagem de desencorajamento, provocando sentimentos de culpa e ansiedade para as mulheres que assumiam múltiplos papéis. (p. 135-136).

Aos olhos dos empregadores, o trabalho feminino era mais acessível, sendo aproveitado em larga escala por causa dos baixos salários ofertados. A mão de obra masculina foi deixada em segundo plano. Como o Estado não interviu nas relações de trabalho, aumentou-se a desigualdade entre o homem, a mulher e os (as) menores de idade. Mesmo com a procura pela mão de obra feminina, a mulher não foi valorizada, pois a única coisa que importava aos empregadores era o baixo custo que esse tipo de trabalho representava. Ainda hoje o trabalho feminino é desvalorizado, com as mulheres ganhando salários menores em relação aos homens (Barros, 2011).

O Estado era omissivo nas relações de trabalho da mulher, pois não existiam limitações no que diz respeito à jornada de trabalho, não havia preocupação com as condições pessoais, de maternidade, de cuidados com os filhos e amamentação. A mulher trabalhava cerca de 14 a 16 horas diárias, em ambientes insalubres e, na maioria das vezes, com obrigações superiores às suas possibilidades (Barros, 2011).

Mesmo desempenhando suas funções de forma positiva, a mulher sofria discriminações e preconceitos que faziam dela alvo para as desigualdades no decorrer dos tempos (Perboni Adams & Vaucher, 2013). Ainda que com a presença cada vez

mais sólida nos postos de trabalho, os cargos de gestão e chefia raramente são permitidos a elas (Costa & Bruschini, 1992).

A mulher, ainda nos dias de hoje, é tida como sexo frágil. No entanto, isso vem mudando, pois trabalha a mesma quantidade de horas semanais, desempenhando funções que requerem força e agilidade, além das atividades de dona de casa e mãe. Ainda que a passos lentos, as mulheres estão ampliando seu espaço na economia nacional, porém progressivamente. (Priore, 2006).

Em 1973, apenas 30,9% da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil era do sexo feminino. Segundo os dados da PNAD, em 1999 elas já representavam 41,4% do total da força de trabalho, um exército de aproximadamente 33 milhões. Na Região Sul, elas ocupavam 36,7% das vagas aparentes de 1997. Em 2000, mais 62 mil mulheres ingressaram pela primeira vez no mercado, aumentando a participação em 1,1%. O número de mulheres responsáveis pelos domicílios brasileiros aumentou de 18,1% para 24,9%, segundo os dados da pesquisa *Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil*, desenvolvida pelo IBGE (2002).

Embora tenha havido uma ampliação da participação feminina no mercado de trabalho, "a evolução dos papéis no Brasil não se fez em ruptura com o passado patriarcal, mas conservou profundas raízes dele, o que se evidencia ainda numa rígida estereotipia, como, por exemplo, a de carreiras femininas x masculinas" (D'Ávila Neto, 1994, p. 55). As mulheres continuam sendo vítimas de discriminações e de barreiras culturais, que se impõem de forma velada ou explícita e dificultam a ascensão feminina aos cargos mais altos nas empresas (Amaral, 2012).

Pinto (2007) observa que essas barreiras são, muitas vezes, decorrentes de "resíduo estrutural da formação machista da sociedade; impulso humano natural de dominação; controle majoritário dos fatores econômicos pelo homem; deformação

cultural atávica; influência religiosa” (p.37), assim como de fatores culturais que delegam à mulher o papel “maternal e familiar” (p.37).

Apesar de as mulheres exercerem atividades profissionais remuneradas, continua sendo atribuída a elas a responsabilidade pelos cuidados com o "lar". As desigualdades salariais continuam presentes e elas ganham 30% menos que os homens para desempenhar as mesmas profissões, apesar de terem o mesmo nível educacional. Além das diferenças salariais, as mulheres possuem uma carga horária diária de trabalho significativamente superior à dos homens para a realização de atividades domésticas. Enquanto as mulheres dedicam quatro horas diárias a atividades do lar, os homens brasileiros dedicam 0,7 hora diária (Pastore, 2007).

Jablonski (2010) aponta a dificuldade que jovens casais urbanos de classe média demonstram ter em compartilhar, de forma igualitária, as tarefas do lar. A falta de distribuição equitativa de tarefas domésticas entre o casal leva as mulheres a serem sobrecarregadas pelo acúmulo de atividades.

Agrava a situação o fato de que, além de não ocorrer uma distribuição de tarefas domésticas entre homens e mulheres, a remuneração das atividades profissionais realizadas por ambos também ocorre de forma assimétrica.

Resultados de pesquisa de rendimentos médios realizada pelo IBGE (2011) apresentam diferenças significativas entre os gêneros. Em média, os homens têm rendimentos 28% superiores em relação às mulheres.

Em pesquisa a respeito da renda média por raça, segundo o IBGE (2017), as mulheres negras têm rendimento 13% menor em relação a mulheres brancas.

De acordo com Verza, Sattler e Strey (2015), em famílias monoparentais chefiadas por mulheres, o protagonismo feminino na condução familiar envolve

aspectos voltados à administração da vida social, afetiva e profissional dessas mulheres, perpassados por questões de gênero.

A necessidade de melhorar sua renda mensal e a crescente exigência do mercado por qualificação profissional impulsionaram a mulher na busca por uma formação profissional (Vieira et al., 2014).

Mesmo conquistando novos papéis, as mulheres não deixaram de realizar atividades de administração e cuidados do lar, o que representa acúmulo de funções e exige delas que se desdobrem para realizar as atribuições da multiplicidade de papéis que ocupam.

Sousa, Teixeira, Loreto e Bartolomeu (2011) referem que a diferenciação na rotina de vida das mulheres está relacionada com a posição hierárquica que elas ocupam no mercado de trabalho, sua remuneração e a participação do companheiro, fatores que podem possibilitar a contratação de colaboradores e a inserção dos filhos em escolas privadas, estabelecendo, assim, prioridades de desenvolvimento de atividades na vida da mulher.

Para Santos (2012), grande parte das mulheres prefere ter uma profissão a se dedicar a atividades do lar, não querendo limitar-se à esfera privada.

Diogo e Maheirie (2008) afirmam que a subordinação feminina, que engloba desde a reprodução até a produção, representa uma dupla jornada fisicamente desgastante para as mulheres. Ao exercer a responsabilidade pela realização do serviço doméstico, por vezes “ajudadas” pelas filhas-aprendizes, reproduzem lugares socialmente ocupados pelo masculino e pelo feminino.

1.4. Pesquisas sobre mulheres no mercado de trabalho

Devido à multiplicidade de papéis que muitas das mulheres assumiram e que lhes impõe um acúmulo de atribuições e um grande desdobramento para realizar as funções acumuladas, ampliou-se a produção do conhecimento a respeito da jornada de trabalho feminina.

Uma pesquisa qualitativa realizada sobre as mulheres chefes de família descreve a complexidade e ambiguidade da questão, pois muitas vezes as mulheres ocultam o papel desempenhado de chefe da família. Mesmo na condição de provedoras econômicas, elas procuram formas de não assumir publicamente essa situação, com o intuito de não constranger o parceiro pela suposta inversão de papéis (Mendes, 2002).

Foi evidenciada a subordinação da reprodução à produção e uma dupla jornada fisicamente desgastante para as mulheres. As mulheres são responsabilizadas pela realização do serviço doméstico, e por vezes são “ajudadas” pelas filhas-aprendizes, reproduzindo os lugares socialmente ocupados pelo masculino e pelo feminino. A abnegação e a submissão femininas se apresentam na pesquisa como consequência natural das relações de gênero, vistas pelos pesquisadores com um significado de fatalidade, porém a manifestação cotidiana no núcleo familiar se apresentou de forma muito positiva (Diogo & Maheirie, 2008).

Uma pesquisa investigou como se dá a negociação de tarefas dentro do lar perante as novas demandas impostas a reboque do movimento de emancipação feminina e do ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho. Os resultados demonstraram que, apesar da existência de uma dupla jornada de trabalho feminina, os homens ainda apresentam dificuldades em compartilhar de forma igualitária as tarefas domésticas, e ainda recai sobre a mulher a maior parte das responsabilidades do lar

(cuidar da casa e das crianças, fazer compras, arrumar, lavar e passar etc.) (Jablonski, 2010).

Outro estudo buscou compreender como se organizam as famílias monoparentais chefiadas por mulheres e analisar qual o papel da terapia familiar nesse processo (Verza, Sattler & Strey, 2015). Os resultados indicam que o protagonismo feminino na condução de uma família envolve aspectos voltados à administração da vida social, afetiva e profissional das mulheres, e é atravessado por questões de gênero.

Santos (2015) buscou problematizar a condição das mulheres na sociedade, principalmente no que se refere à dupla jornada de trabalho por elas exercida. Levando em consideração que as mulheres trabalham tanto na esfera privada quanto na esfera pública, constatou a existência de uma relação desigual entre gêneros, que se reflete nas diversas esferas da vida social e acaba por interferir no desenvolvimento da mulher como profissional e como pessoa.

Para Alves e Pitanguy (2017), “os papéis sociais-sexuais não estão ainda reformulados, as mulheres se veem assoberbadas pelo duplo papel que passaram a cumprir, assumindo com o homem o sustento da família, mas não partilhando com ele os encargos domésticos” (p. 65-66). Embora existam algumas tentativas de estabelecer um novo modelo na distribuição de tarefas entre o homem e a mulher, “estas experiências são ainda isoladas, não constituindo uma prática social generalizada. Neste sentido, a luta estende-se também para a superação da ‘dupla jornada de trabalho’, que obriga a mulher a acumular os encargos profissionais e os de dona-de-casa” (p. 65-66).

Pesquisas apresentadas por Santos e Brandão (2015); Freitas e Reis (2015); Albuquerque, Nunes, Belém, Leite e Quirino (2016); Senicato, Lima e Barros (2016); Coelho, Beck, Fernandes, Machado e Camponogara (2016); Souza (2016); Silva (2016); e Lima, Voig, Feijó, Camargo e Cardoso (2017) concluíram que as mulheres são

sobrecarregadas com duplas e triplas jornadas, em que precisam desenvolver atividades profissionais e cuidados com a casa e os filhos, sem poder contar com a divisão de tarefas com os homens, fato que prejudica sua saúde. Coelho et al. (2016) encontraram aspectos que evidenciam que o trabalho remunerado realizado fora de casa serve como estímulo para enfrentar as dificuldades, e isso pode ser corroborado com a pesquisa de Sericato, Lima e Barros (2016), que relacionam às atividades domésticas uma baixa qualidade de vida. Para Albuquerque et al. (2016), o acúmulo de atividades das mulheres contribui para prejuízos à sua saúde. Souza (2016) levanta a problemática sobre o fato de que, apesar de ser crescente a inserção da mulher no mercado de trabalho, as medidas de segurança do trabalho são implementadas com foco nas necessidades do público masculino.

Lima et al. (2017) e Albuquerque et al. (2016) acreditam que são necessárias mudanças educacionais que proporcionem maior equidade entre os gêneros e possibilitem à mulher escolhas profissionais mais assertivas. Ao que P. Freitas e Reis (2015) acrescentam ser necessária a continuação das lutas históricas para a conquista dos direitos das mulheres. Entretanto, Santos e Brandão (2015) ponderam que, na busca pela equidade profissional, as mulheres assumiram posições masculinizantes, perdendo-se das questões subjetivas atreladas ao feminino. O que pode corroborar com o estudo de Albuquerque et al. (2016), que refere que as mulheres trabalhadoras não estão cuidando adequadamente da própria saúde.

1.5 Psicologia Social Comunitária

A Psicologia Comunitária é um campo da Psicologia que “visa ao desenvolvimento da consciência dos moradores como sujeitos históricos e comunitários,

através de um esforço interdisciplinar que perpassa a organização e o desenvolvimento dos grupos e da comunidade” (Góis, 1993, p.14).

Para Montero (1984), a Psicologia Comunitária pode ser definida como:

la rama de la psicología cuyo objeto es el estudio de los factores psicosociales que permiten desarrollar, fomentar y mantener el control y poder que los individuos pueden ejercer sobre su ambiente individual y social, para solucionar problemas que los aquejan y lograr cambios en esos ambientes y en la estructura social. (p. 390).

De acordo com Góis (2005), a Psicologia Comunitária objetiva compreender os modos de vida e a organização comunitária:

A compreensão da atividade comunitária como atividade social significativa (consciente), própria do modo de vida (objetivo e subjetivo) da comunidade e que abarca seu sistema de significados e relações, modo de apropriação do espaço da comunidade, a identidade pessoal e coletiva, a consciência, o sentido de comunidade e os valores e sentimentos aí implicados. Tem por objetivo a construção do sujeito da comunidade, mediante o aprofundamento da consciência (reflexivo-afetiva) dos moradores com relação ao seu modo de vida e ao modo de vida da comunidade, através de um esforço interdisciplinar que perpassa a organização e o desenvolvimento dos grupos e da comunidade. (p. 51).

A Psicologia Social Comunitária (PSC) surgiu em oposição à opressão política e à dominação econômica e ideológica que ocorreram durante o período militar. Nessa época, havia tentativas de promover, nas comunidades populares, a conscientização da situação de opressão, e iniciavam-se ações transformadoras, vinculadas aos processos psicológicos (Lane, 1984).

Nos anos de 1960 e 1970, a PSC vinculava-se à perspectiva da libertação sociopolítica da população; em meados dos anos 1980, é inserida no sistema de saúde pública no País através de práticas dos profissionais de psicologia. Inicialmente, para essa atuação profissional era dada a denominação Psicologia na Comunidade. Com a mudança de perceber o sujeito construído sócio-historicamente como objeto de análise, essa prática passou a ser chamada de Psicologia *da* Comunidade (Freitas, 1994).

A Psicologia Social Comunitária busca desenvolver instrumentos de análise e intervenção para o aprimoramento social da comunidade, formando uma consciência crítica, ética e solidária nas práticas cooperativas. Nessa perspectiva, a PSC parte do pressuposto de que o conhecimento se enfatiza através da relação entre o profissional e os sujeitos de investigação. A metodologia utilizada é o método da pesquisa participante, em que o profissional e os sujeitos exploram juntos as situações vividas e os problemas apresentados e, planejando ações, executam programas de transformação da realidade vivida (Ansara & Dantas, 2010).

No Brasil, de acordo com a demanda social e as possibilidades de ação, as equipes se constituem de forma multidisciplinar para desenvolver ações práticas. As principais ações são as reuniões com moradores para levantamento das necessidades e planejamento de ações para futuras soluções (Bomfim, 1994). A PSC utiliza-se de métodos participativos por compreender que é nas relações comunitárias que se firmam as desejáveis relações democráticas (Guareschi, 2005).

No Brasil, a cultura é historicamente estratificada tanto por raça quanto por gênero para justificar e naturalizar as desigualdades sociais. Nessa perspectiva, essa naturalização é um subterfúgio ideológico que tem como finalidade reconciliar o irreconciliável: a ilusão de que todos os seres humanos, livres e iguais por nascimento, gozam de igualdade de oportunidades (Stokke, 1993, p. 295).

Em culturas marcadas pela naturalização das desigualdades sociais, a PSC cumpre um importante papel de promover a reflexão e a conscientização dos sujeitos para que se tornem mais críticos e possam desenvolver ações transformadoras e construir relações de solidariedade e cooperação (Góis, 2005; Montero, 2004).

Para verdadeira transformação social e comunitária, é necessário que a PSC promova ações que mobilizem as pessoas e as comunidades a assumir seu destino, pois

é importante “que tomem as rédeas de sua vida, o que lhes exige superar sua falsa consciência e atingir um saber crítico sobre si mesmas, sobre seu mundo e sobre sua inserção neste mundo” (Martin-Baró, 1996a, p. 17).

Para que haja conscientização dos indivíduos e das comunidades, o “fazer do psicólogo não pode limitar-se ao plano abstrato do individual, mas deve confrontar também os fatores sociais onde se materializa toda individualidade humana” (Martin-Baró, 1996a, p. 17).

De acordo com Martin-Baró (1996b), a conscientização implica transformação da realidade:

Conscientização não consiste em uma simples mudança de opinião sobre a realidade, uma mudança na subjetividade de cada indivíduo que deixa intacta a realidade, conscientização supõe que pessoas mudam no processo de mudança de suas relações com o ambiente ao seu redor e acima da tudo com os outros. (p. 41).

Ainda de acordo com Martin-Baró (1996a), a conscientização é um processo que supõe três aspectos:

- a. o ser humano transforma-se ao modificar sua realidade. Trata-se, por conseguinte, de um processo dialético, um processo ativo que, pedagogicamente, não pode acontecer através da imposição, mas somente através do diálogo.
- b. Mediante a gradual decodificação do seu mundo, a pessoa capta os mecanismos que a oprimem e desumanizam, com o que se derruba a consciência que mistifica essa situação como natural e se lhe abre o horizonte para novas possibilidades de ação. Esta consciência crítica ante a realidade circundante e ante os outros traz assim a possibilidade de uma nova práxis que, por sua vez, possibilita novas formas de consciência.
- c. O novo saber da pessoa sobre sua realidade circundante a leva a um novo saber sobre si mesma e sobre sua identidade social. A pessoa começa a se descobrir em seu domínio sobre a natureza, em sua ação transformadora das coisas, em seu papel ativo nas relações com os demais. Tudo isso lhe permite não só descobrir as raízes do que é, mas também o horizonte do que pode chegar a ser. Assim, a recuperação de sua memória histórica oferece a base para uma determinação mais autônoma do seu futuro (p. 16).

Compreende-se que a conscientização das mulheres sobre o seu papel no mercado de trabalho pode ser considerada um importante vetor para o empoderamento

feminino. Assim, para que haja fortalecimento comunitário e transformação social, faz-se necessária a conscientização dos sujeitos. De acordo com Montero (2003), o fortalecimento comunitário pode ser definido como

el proceso mediante el cual los miembros de una comunidad o un grupo - miembros de grupos organizados dentro de esa comunidad o personas interesadas en promover y lograr un cambio respecto de alguna circunstancia que afecta a esa comunidad o grupo - desarrollan conjuntamente capacidades y recursos para controlar su situación de vida (en un momento específico); actuando de manera comprometida, consciente y crítica, para lograr la transformación de las condiciones que juzgan negativas o que deben ser modificadas según sus necesidades y aspiraciones, transformándose al mismo tiempo a sí mismos. (p. 72).

Simon (2007) propõe que, para promoção do empoderamento dos grupos comunitários, é necessário ampliar condições para a conquista de recursos individuais e comunitários através de ações de colaboração entre as pessoas:

Incentivar as pessoas a se reunir em grupos, para compartilhar experiências, conhecimentos e habilidades; identificar interesses comuns no grupo e organizar atividades em torno destes, quando necessário; incentivar as pessoas a realizar projetos em grupo exigindo uma série de habilidades, reconhecendo pontos fortes dentro do grupo. (p. 3).

Entretanto, o empoderamento não é uma doação; à semelhança da liberdade, é uma conquista e “exige uma permanente busca” (Freire, 1987, p. 34).

O empoderamento se dá através de ações programáticas e estratégias governamentais e não governamentais “de curto, médio e longo prazo para alterar as relações de poder existentes e integrar as mulheres no processo de tomada de decisão” (Federação de Órgãos para Assistência Sócio-Educacional [FASE], 2001, p. 19).

Ao trabalhar com a perspectiva de gênero, a Psicologia Social Comunitária pode promover ações “transformadoras das formas de divisão de poder na sociedade” (FASE, 2001, p. 30) e, assim, contribuir para a promoção “uma sociedade mais justa do ponto de vista social, econômico e ambiental” (p. 30), que respeite os direitos das mulheres

estabelecidos pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2008). Este, dentre outras proposições, aponta que:

Deve ser assegurado às mulheres o poder de decisão sobre suas vidas e corpos, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país, e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, exploração e subordinação que constroem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social (p. 29-30).

Para “romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, exploração e subordinação” (Brasil, 2008, p.30), não basta que se promova o empoderamento individual das mulheres, é necessário promover sua articulação coletiva, para ampliação e legitimação de novos espaços políticos e sociais.

As intervenções da Psicologia Social Comunitária privilegiam os processos de conscientização realizados no cotidiano da comunidade e objetivam

buscar os liames que se estabelecem entre estes processos e a rede de relações na vida cotidiana, de tal modo que possam ser fortalecidos os suportes sociais e maximizadas as redes de solidariedade, orientados por uma perspectiva mais coletiva de existência”. (M. F. Q. Freitas, 2012, p. 380).

Nesse sentido, pretende-se com esta pesquisa abordar as comunidades de mulheres, com um olhar para as novas realidades sociais, para a construção do conhecimento acadêmico, defronte a subjetividades dos sujeitos de determinadas comunidades.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o papel das mulheres que trabalham, administram seus lares e estudam em ensino técnico profissionalizante em Curitiba.

Os objetivos específicos da pesquisa foram:

- descrever a distribuição de papéis na família;
- analisar os motivos que levam essas mulheres a buscarem a formação pela educação;
- analisar se essas mulheres conciliam os diferentes papéis que desempenham;
- identificar a rede de apoio de mulheres que têm tripla jornada.

3. MÉTODO

Esta pesquisa qualitativa teve por característica ser descritiva e exploratória, utilizando um delineamento transversal.

A pesquisa qualitativa “envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada” (Godoy, 1995, p. 58). Esse tipo de pesquisa busca a compreensão dos fenômenos na perspectiva dos sujeitos pesquisados, e “não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve” (Godoy, 1995, p. 58).

A pesquisa qualitativa “fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação” (Gaskell, 2002, p. 65), possibilitando “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (p. 65).

A pesquisa qualitativa busca “o fornecimento de uma descrição detalhada de um meio social específico, uma base para construir um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica” (Gaskell, 2002, p. 65).

O propósito de uma pesquisa de delineamento transversal é descrever algumas variáveis, analisar a sua incidência e inter-relação em um dado momento. O delineamento transversal se divide em exploratório, descritivo ou correlacional causal. Nesse tipo de pesquisa, os dados são coletados em um único momento (Sampieri, Collado & Lucio, 2006).

Numa pesquisa transversal descritiva, objetiva-se “indagar la incidencia de las modalidades o niveles de una o mas variables en una poblacion. El procedimiento consiste en ubicar en una o diversas variables a un grupo de personas u otros seres” (Sampieri, Collado & Lucio, 2006, p. 152).

3.1 Participantes:

A pesquisa foi realizada com nove mulheres casadas, com filhos, que trabalhavam e estudavam em dois cursos técnicos, em Curitiba: Podologia e Estética.

3.2 Instrumentos:

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada (Anexo 1) com perguntas sobre: dados sociodemográficos; papéis de gênero; divisão dos papéis no lar; mercado de trabalho; papel profissional; motivos para formação educacional; rede de apoio.

3.3 Procedimentos:

Após aprovação no Comitê de Ética, foi realizado contato com a instituição de educação profissional SENAC solicitando autorização para a aplicação da pesquisa. As mulheres foram convidadas a participar e selecionadas de acordo com o critério de inclusão neste estudo. As entrevistas foram realizadas individualmente com cada uma das nove participantes, e tiveram em média um tempo de duração de 40 minutos. Para as participantes que aceitaram contribuir com a pesquisa, foram fornecidas informações a respeito de todos os aspectos éticos envolvidos neste estudo, bem como foi informado que as entrevistas seriam gravadas e que elas poderiam desistir de participar em

qualquer momento da entrevista. Foi informado, ainda, que a análise dos dados seria apresentada às participantes ao término da pesquisa. As nove participantes foram convidadas a assinar o Termo e Consentimento Livre Esclarecido (Anexo 2). A seguir, foi realizada coleta de dados utilizando o roteiro de entrevista semiestruturada com perguntas sobre: dados sociodemográficos, papéis de gênero, divisão dos papéis no lar, mercado de trabalho, papel profissional, motivos para formação educacional, rede de apoio. As entrevistas foram realizadas em sala específica destinada a essa finalidade, na instituição de ensino técnico em Curitiba. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Os dados foram categorizados e analisados para a elaboração final do documento deste estudo.

3.4 Análise de dados:

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas. Os dados obtidos foram organizados e categorizados por temas, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo tem a mensagem pela comunicação como objetivo principal, seja verbal, não verbal, figurativa ou documental, considerando todas as expressões apresentadas no momento da pesquisa, sejam elas textuais, afetivas ou críticas (Franco, 2005). Os objetivos básicos da Análise de Conteúdo são superar da incerteza sobre a leitura feita do objeto de estudo, tornando-a válida e generalizável, assim como buscar o enriquecimento da leitura ao aprofundar a compreensão do significado do assunto do qual se trata (Bardin, 2004). O material empírico que embasa a análise e a interpretação na Análise de Conteúdo está envolvido pelo contexto da comunicação, composto pelo autor e pelas características textuais que são o recipiente da comunicação (Mayring, 2004).

4. RESULTADOS

A pesquisa foi realizada com um grupo de nove mulheres que frequentavam cursos técnicos na cidade de Curitiba. Todas elas eram casadas e mães, com média de idade de 36 anos, variando entre 32 anos e 42 anos. Dessas mulheres, cinco tinham dois filhos, três tinham um filho e apenas uma tinha quatro filhos. Entre o total de filhos, apenas dois eram maiores de 18 anos, três encontravam-se na faixa de 12 a 15 anos, e os demais eram menores de 10 anos. Todas as mulheres realizavam trabalhos remunerados. Sete delas exerciam profissões relacionadas com a estética (manicures), desenvolvendo também outras atividades (porteira, cuidadora de idoso, depiladora, designer de sobrancelhas e faxineira). Entre as demais (duas entrevistadas), uma era bancária e a outra vendedora autônoma. A carga horária de trabalho – além do trabalho doméstico – era, em média, 7,18 horas de segunda a sábado. A renda média individual dessas mulheres era em torno R\$ 2.022,00 mensais, e a renda média familiar por volta de R\$ 5.411,22 mensais. Cinco das entrevistadas não possuíam casa própria; as quatro restantes, sim. Todas eram cristãs: sete delas evangélicas e duas católicas.

Para cumprir o objetivo geral da pesquisa, as entrevistas foram divididas em cinco grandes categorias: Categoria 1: Motivações para o trabalho; Categoria 2: Concepção sobre os papéis masculinos e femininos; Categoria 3: Divisão dos papéis no lar; Categoria 4: Motivação para o estudo; Categoria 5: Conciliação das atividades; (Quadro 1).

Quadro 1.**Categorização dos dados qualitativos encontrados nas respostas à entrevista**

Categorias	Subcategorias
1-Motivações para o trabalho	1- Família como objetivo principal 2- Fazer o bem ao próximo 3- Independência financeira e satisfação pessoal
2-Concepção sobre os papéis masculinos e femininos	1- A mulher alicerce do lar 2- A mulher guerreira 3- O homem provedor do lar 4- O homem exemplar 5- O papel dos pais
3- Divisão dos papéis no lar	1- Ajuda mútua 2- Participação masculina 3- As redes de apoio
4- Motivação para o estudo	1- Mudança 2- A busca por curso técnico 3- A educação continuada
5- Conciliação das atividades	1- Cansaço 2- Sobrecarga 3- Sentimentos 4- Flexibilidade de tempo

4.1. Motivações para o trabalho

No Quadro 2, estão descritas as três subcategorias que sintetizam o discurso das participantes sobre as motivações para o trabalho: 1-Família como objetivo principal; 2- Fazer o bem ao próximo; 3- Independência financeira e satisfação pessoal.

Quadro 2**Categoria “Motivações para o trabalho” (continua)**

Subcategoria	Indicadores
1- Família como objetivo principal	<p>“... hoje o meu objetivo pessoal é uma casa maior e poder proporcionar condições de estudo pra minhas filhas, porque elas gostam de estudar...”</p> <p>“...É ver meu filho assim formado... e assim, se eu puder, assim, deixar algo para ele né?...”</p> <p>“... Objetivo Pessoal? Acho que ser, acho que conduzir meus filhos bem...”</p> <p>“...é concluir o curso e ter uma profissão, ganhar bem, para poder dar um ensino melhor para os meus filhos. O meu objetivo é só pensando nos meus filhos...”</p> <p>“... é a gente ter a nossa casa própria. . . e ter condições financeiras para fazer viagens. . . vamos desligar, vou pegar as crianças, pegar o marido e vamos viajar.</p>

Quadro 02.
Categoria de “Motivações para o trabalho” (continuação)

Subcategoria	Indicadores
2- Fazer o bem ao próximo	<p>“... por que que eu comecei a estudar enfermagem? ...eu vou ser a enfermeira e eu vou fazer a diferença . . . tratar um ser humano com dignidade...”</p> <p>“...o meu objetivo, assim, é ajudar o próximo, tipo assim, ajudar as pessoas que, é que são, que têm problema no pé, entendeu, eu pensei mais nessas pessoas deficientes...”</p>
3-Independência financeira e satisfação pessoal	<p>“...O meu objetivo, assim, é abrir uma, tipo assim, abrir uma empresa para mim...”</p> <p>“... A minha sala de estética...ainda dependo um pouco da renda do meu marido e eu não quero isso . . . minha busca pessoal é essa, tipo, eu posso me sustentar, cuidar de mim, e isso eu busco com o meu trabalho...”</p> <p>“... eu quero voltar ter a renda que eu tinha, eu quero continuar tendo independência...”</p> <p>“... eu trabalho por satisfação pessoal, é assim, se eu ficar uma semana de férias eu acho que eu entro em parafuso...”</p> <p>“...gosto muito, amo o que eu faço...”</p> <p>“... eu gosto de trabalhar, eu posso fazer alguma coisa, eu posso contribuir e assim eu me sinto útil. . . e eu acho que eu fico até depressiva, no dia que eu estou em casa sem nada para fazer...”</p> <p>“... não tem nada que me dê mais prazer do que o meu trabalho, e quando eu termino ele, quando eu concluo ele, que eu vejo ‘nossa, eu fiz isso, cara, que legal, eu sou muito top’...”</p>

Com relação aos objetivos pessoais e profissionais dessas mulheres, ficou claro que boa parte delas submete seus desejos às realizações da família. Isso ficou evidenciado na subcategoria “Família como objetivo principal”. Para as entrevistadas, a grande prioridade é poder proporcionar aos filhos uma educação de qualidade mediante os estudos, e vê-los formados. Percebeu-se que para elas é de grande significado a busca pela casa própria e ter uma vida que proporcione morar bem, estudar e poder viajar.

Num primeiro momento, esses achados corroboraram a ideia de Berger e Luckmann (1986) quando afirmam que o desenvolvimento do grupo social precede o desenvolvimento individual. Porém, cabe aqui a seguinte reflexão: “historicamente, o papel da maternidade sempre foi construído como o ideal máximo da mulher, caminho

da plenitude e realização da feminilidade, associado a um sentido de renúncia impulsos e sacrifícios prazerosos” (Borsa & Feil, 2008, p. 4). Conforme relatos:

“... hoje o meu objetivo pessoal é uma casa maior e poder proporcionar condições de estudo pra minhas filhas, porque elas gostam de estudar...” (e2).
 “... é a gente ter a nossa casa própria. . . e ter condições financeiras para fazer viagens.
 “... vamos desligar, vou pegar as crianças, pegar o marido e vamos viajar...” (e9).

Na subcategoria “Fazer o bem ao próximo”, nos discursos, também foram encontradas mulheres que se motivam a trabalhar por meio de valores sociais. Elas se identificam empaticamente com o próximo, colocando-se no lugar do outro e, assim, de alguma forma, fazendo a diferença através do seu trabalho. Ajudam o próximo tendo o bem alheio como finalidade em si.

“...o meu objetivo, assim, é ajudar o próximo, tipo assim, ajudar as pessoas que têm problema no pé, entendeu, eu pensei mais nessas pessoas deficientes...” (e1).

Entretanto, tal característica altruística não é exclusiva de um modelo de pensamento do sexo feminino. Remete a questões que abarcam o desenvolvimento científico e a retórica que nasce com as bases do capitalismo, que deram um novo sentido ao trabalho, pois, diferentemente da relação com o sofrimento e a escravidão encontrados na antiguidade, a partir desses eventos o trabalho passa a ganhar o status de esforço em prol da humanidade (Figueiredo & Alevato, 2013).

O que se buscou entender nessa categoria foi a “Independência financeira e a satisfação pessoal por meio do trabalho”. As mulheres entrevistadas relataram cumprir suas atividades fora do lar com o intuito de adquirir independência financeira, por meio da abertura de seus próprios negócios, empreendendo e trabalhando no que se identificam e gostam de fazer, além de poder contribuir com a renda do lar, auxiliando o esposo nas despesas que se referem à casa.

“...O meu objetivo, assim, é abrir uma, tipo assim, abrir uma empresa para mim...” (e1).
 “... eu gosto de trabalhar, eu posso fazer alguma coisa, eu posso contribuir e assim eu me sinto útil. . . e eu acho que eu fico até depressiva, no dia que eu estou em casa sem nada para fazer...” (e4).

Portanto, nesse cenário de contradições, “é importante não esquecer que o prazer obtido por meio do trabalho é um conceito impregnado de dualidade já que o prazer está mediado pelo sofrimento transformado” (Figueiredo & Alevato, 2013, p. 18).

A independência financeira não se baseia exclusivamente no anseio de liberdade com relação ao poder atribuído ao homem na qualidade de “chefe de família”, característica do modelo patriarcal de desenvolvimento (Millett, 1970). Encontra-se também inserida em uma retórica segundo a qual aquele indivíduo que não tem o seu próprio dinheiro está à margem da vida social. Logo, “a fim de terem condições de suprir seu desejo de consumo e assim, ter seu empoderamento” (Paiva, 2017, p.8), as mulheres buscam cada vez mais conquistar seu espaço no mercado de trabalho.

4.2. Concepção sobre os papéis masculinos e femininos

Nesta categoria, os discursos das mulheres foram divididos em cinco subcategorias: 1-A mulher alicerce do lar; 2- A mulher guerreira; 3- O homem provedor do lar; 4- O homem exemplo; 5- O papel dos pais.

Quadro 3

Categoria “Concepções sobre os papéis masculinos e femininos” (continua)

Subcategoria	Indicadores
1-A mulher alicerce do lar	<p>“Ela é o sustento, o sustento do lar.”</p> <p>“Tudo que envolva amor, carinho, dedicação . . . aquele toque feminino, que só a mulher sabe dar, que é o cuidado realmente, com filho, aquela atenção.”</p> <p>“. . . seria a sensibilidade, o amor, a união familiar . . .”</p> <p>“Me dedicar . . . é ficar só pra minha família, isso me faz bem.”</p> <p>“. . . penso nos meus filhos. Ser o melhor exemplo pra eles, assim, passar os valores que eu recebi.”</p> <p>“Eu preciso ser exemplo para as minhas filhas, eu tenho duas mulheres, então eu preciso ser exemplo de mulher para elas. Profissionalmente falando, preciso ser exemplo de mulher, de mãe, porque eu acabo fazendo todos esses papéis, então eu preciso mostrar para elas aquilo que eu sou, para que elas possam ser, amanhã, para as minhas netas, meus netos, é o que eu espero.”</p>

Quadro 3

Categoria “Concepções sobre os papéis masculinos e femininos” (continuação)

Subcategoria	Indicadores
2- A mulher guerreira	<p>“ . . . ser mulher para mim, eu penso, assim, é ser guerreira, sabe?. Em alguns casos ser “guerreira”, e ser batalhadora...”</p> <p>“ . . .batalhadora sou eu...”</p> <p>“Acho que puxei a minha mãe. Porque, assim, o tanto que eu sofro desde que eu nasci, desde a barriga da minha mãe . . .”</p> <p>“ . . . eu acho que é isso, a mulher no mundo de hoje tá superando as barreiras e tá vencendo...”</p> <p>“ . . . guerreira porque trabalho, pago curso, faço isso, pago curso do meu filho, faço compra em casa, dou calçado . . .”</p> <p>“Ser mãe, ser dona de casa, ser batalhadora, trabalhar fora...”</p> <p>“Ai, ser mulher. Eu acho que ser mulher é ser o que eu sou, o que eu faço, é ter responsabilidade, é correr atrás daquilo que quer, sabe, ter objetivos na vida...”</p> <p>“ . . . os homens estão deixando de ser responsáveis como deveriam ser, entendeu? ”</p> <p>“ . . . com eles as coisas são mais tranquilas, mais oba-oba, acho que não têm tanta responsabilidade quanto a gente tem, né?”</p> <p>“ . . . é responsabilidade de manhã, de tarde e de noite, e quando to dormindo também, acho que é isso que vem à minha cabeça . . .”</p> <p>“Ser mulher é igual a responsabilidades . . . Quantas vezes a mulher faz das tripas o coração para manter, né, o padrão de vida e coisas, e coisinhas, e o marido está bem tranquilo . . .”</p>
3- O homem provedor do lar	<p>“ . . . eu acredito que homem, ele é muito cobrado socialmente”.</p> <p>“ . . . ele tem uma responsabilidade financeira, afinal, em famílias tradicionalistas...”</p> <p>“ . . . o homem, ele tem que ser o mentor do lar, ele é o mentor financeiro . . .”</p> <p>“Então homem deveria ser assim, ser o provedor da casa no meu ponto de vista.”</p>
4-O homem exemplar	<p>“ . . . as responsabilidades são iguais para todo mundo, porque todos compartilham do mesmo espaço. Mas o homem tem obrigação de ter palavra, de ter caráter”</p> <p>“É a pessoa de respeito, é... eu tiro base pelo meu esposo, é, eu já tive fase da minha vida que eu tive separada e quando estava sem um homem eu me senti muito perdida, sabe, assim, sem direção, sem rumo, pode parecer machismo, não sei, mas é, eu não vejo dessa forma, eu vejo como necessário, sabe, é, meu marido hoje em casa, a presença dele traz respeito, impõe respeito, assim, os meus filhos, as minhas filhas de modo geral precisam da figura masculina para direcionar eles, é, ele é a palavra mais firme hoje dentro da minha casa, e quando ele está em casa, ele tira de mim uma responsabilidade, um peso grande, porque quando ele não está, quem tem que fazer o papel dele sou eu...”</p> <p>“ . . . quando eu penso no ser homem, assim, acho que podia ser mais bacana, podia ser menos violento...”</p>

Quadro 3**Categoria “Concepções sobre os papéis masculinos e femininos” (continuação)**

Subcategoria	Indicadores
5- O papel dos pais	<p>“ . . . ele sempre fala isso para as crianças, que tem que haver essa sintonia entre nós, essa hierarquia dentro da minha casa . . . ”</p> <p>“ . . . até a questão de respeito comigo, eu vejo assim que, quando o pai está, tem diferença, até porque o pai cobra muito . . . ”</p> <p>“ . . . regras e limites sou mais eu, e o pai é mais amigo ”</p> <p>“ . . . ele fica como se fosse um termômetro de tudo, mas a decisão final acaba sempre sendo a minha decisão . . . ”</p> <p>“Quando o pai às vezes quer ceder, eu estou ali para segurar . . . quando eu estou meio durona, meio . . . ele, né, chama e: ‘veja bem, vamos rever tal ponto’.”</p>

Na subcategoria “A mulher alicerce do lar”, quando se fala em alicerce, entende-se apoio, raiz, força, base. Nas entrevistas, nota-se a relação da mulher com o contexto familiar, nem sempre como provedora financeira do lar, mas como o centro da família. Embora a mulher esteja ganhando seu espaço na qualidade de provedora material, a palavra “alicerce” neste caso remete à condição de coordenar e harmonizar o lar. Também de fundamental importância para as entrevistadas é o exemplo dado aos filhos, que se fortalece de acordo com valores recebidos de seus pais, através de repetições dos hábitos e ações. Exemplo disso pode ser encontrado nas palavras da entrevistada:

“ . . . tudo que envolva amor, carinho, dedicação . . . aquele toque feminino, que só a mulher sabe dar, que é o cuidado realmente, com filho, aquela atenção...”. (e2)

Conforme Freitas (2007), o ato de cuidar da família sempre foi um elemento tipicamente feminino. A palavra “sempre”, aqui, deve ser compreendida como o período de desenvolvimento da humanidade posterior à institucionalização da família (Strey, 2007).

Conforme evidenciam os relatos do grupo pesquisado, na subcategoria “A mulher guerreira”, nota-se entre os discursos a presença da ideia de uma mulher forte, guerreira, batalhadora, resiliente, ou seja, a mulher que busca se desenvolver em áreas pessoais e profissionais. Em alguns casos, ser “guerreira” e ser “batalhadora”

representam a capacidade feminina de suportar o sofrimento. Percebe-se também, em alguns momentos nas entrevistas, a ideia de que a mulher seja mais responsável do que o homem. Conforme alguns recortes da entrevista:

“... batalhadora sou eu. Acho que puxei a minha mãe. Porque assim o tanto que eu sofro desde que eu nasci, desde a barriga da minha mãe...”(E1)

“... guerreira porque trabalho, pago curso, faço isso, pago curso do meu filho, faço compra em casa, dou calçado...” (E1)

Outra associação possível ao conceito de mulher guerreira está na capacidade de perseverar, superar as dificuldades diante de tantos papéis a que estão submetidas, conforme sugerem estudos de (Coelho et al., 2016).

Na subcategoria “O homem provedor do lar”, nota-se, através dos relatos das entrevistadas, a ênfase dada na importância de que o homem seja o provedor financeiro do lar, aquele que tem responsabilidade em prover esposa e filhos, assegurando-lhes subsistência, moradia e vestimentas, dando-lhes condições adequadas por meio de seu trabalho. Pode-se perceber a conscientização de algumas mulheres com relação à cobrança social que o homem recebe, de ser o provedor financeiro principal do lar, assumindo toda a responsabilidade econômica da casa. Conforme recorte abaixo:

“... eu acredito que homem, ele é muito cobrado socialmente” (E2).

“... o homem, ele tem que ser o mentor do lar, ele é o mentor financeiro... então, homem deveria ser assim, ser o provedor da casa, no meu ponto de vista...” (E8)

Segundo estudo realizado com famílias brasileiras nas quais a superioridade de renda era da mulher, “os homens não assumiam a responsabilidade pela esfera doméstica da mesma forma que as mulheres passaram a assumir a condição de principal provedora do sustento” (Fleck & Wagner, 2003 p. 37). Além disso, é necessária a consciência de que o homem também está sujeito às influências de modelos impostos

pela sociedade, que, embora sejam diferentes dos vividos pelas mulheres, precisam ser estudados e compreendidos.

Na subcategoria “O homem exemplar”, observa-se que a responsabilidade atribuída ao homem vai além das questões de provimento financeiro. Evidencia-se a importância do respeito, do caráter e das responsabilidades para que, através do exemplo, o homem influencie na educação dos filhos. Nota-se também a relação do homem com atitudes violentas:

“É a pessoa de respeito, é... eu tiro base pelo meu esposo, é, eu já tive fase da minha vida que eu tive separada e quando estava sem um homem eu me senti muito perdida, sabe assim, sem direção, sem rumo, pode parecer machismo, não sei, mas, é, eu não vejo dessa forma, eu vejo como necessário sabe, é, meu marido hoje em casa, a presença dele traz respeito, impõe respeito, assim, os meus filhos, as minhas filhas de modo geral precisam da figura masculina para direcionar eles, é, ele é a palavra mais firme hoje dentro da minha casa, e quando ele está em casa, ele tira de mim uma responsabilidade, um peso grande, porque quando ele não está, quem tem que fazer o papel dele sou eu.” (E9).

Nesse sentido, estudo realizado com dez homens na Paraíba aponta que “a paternidade é um constituinte da identidade adulta do homem e representa a certeza de novas experiências e compromissos sociais, sendo a provisão material o eixo orientador” (Freitas, Silva, Coelho, Guedes, Lucena, & Costa, 2009, p. 88). Percebe-se também que ao homem é atribuída uma imagem que o associa a uma postura ativa, racional, de superioridade moral (Osterne, 2001), muitas vezes contribuindo para a visão de uma masculinidade hegemônica “que implica equivalência entre ser homem e ser forte . . . a ser culturalmente dominador e controlador” (Freitas et al., 2009, p. 88). Na subcategoria “O papel dos pais”, pode-se perceber que para algumas entrevistadas a presença do pai traz sintonia, respeito, e muitas vezes ele é o termômetro dessa relação. Em algumas famílias, a responsabilidade pela educação e imposição de regras e limites aos filhos cabe à mãe; em muitas das decisões, a última palavra é da mulher.

“. . . ele fica como se fosse um termômetro de tudo, mas a decisão final acaba sempre sendo a minha decisão . . . quando o pai às vezes quer ceder, eu estou ali para segurar... quando eu estou meio durona, meio . . . ele, né, chama e: ‘veja bem, vamos rever tal ponto’.” (E9).

Ficou clara, nesse sentido, a existência de uma colaboração amigável na educação dos filhos, corroborando com a ideia de que “as relações de autoridade vão dando espaço a relações permeadas por afeto e negociações” (Freitas et al., 2009, p. 89).

4.3. Divisão dos papéis no lar

Na terceira categoria, “Divisão dos papéis no lar”, foram obtidas as seguintes subcategorias: 1- Ajuda mútua; 2- Participação masculina; 3- As redes de apoio.

Quadro 4
Categoria “Divisão dos papéis no lar”

Subcategoria	Indicadores
1- Ajuda mútua	<p>“... eu falo, vamos fazer tal coisa, ele me ajuda, ele bota a mão na massa para fazer junto comigo, mas, assim, a maior parte sou eu, de serviço, assim, sou eu...”</p> <p>“... o meu marido ajuda na cozinha . . .”</p> <p>“... ele me ajuda um monte né, como que eu trabalho um dia sim um dia não, quando ele está em casa ele faz tudo, ele lava, ele limpa a casa, ele limpa tudo...”</p> <p>“... sou eu, e eu domino isso, e tomei pra mim, mas acho que não é por ele, hoje, é o jeito que eu fui criada que eu acho que eu não deixo . . .”</p> <p>“... é tipo coisa de mulher é cuidar do lar, cuidar dos seus filhos . . .”</p> <p>“... ajudar meu marido e é só isso mesmo, porque se pudesse eu ficava dentro de casa de perna para cima . . .”</p> <p>“... acho que podia a gente não precisar trabalhar, né, ficar só em casa cuidando dos filhos...”</p> <p>“... as mulheres brigam por muitas coisas, querem muitas coisas, mas na hora de ter responsabilidade elas meio que fogem das coisas...”</p>
2- Participação masculina	<p>“A gente é bem livre em casa, que nem, tem dias que eu chego pra ele e falo: ‘Ai, hoje eu não quero fazer janta’; daí ele: ‘Não, tudo bem, a gente vai providenciar outra coisa.’ Ou quando ele não quer: ‘Ah, hoje é dia de lixo, amor, você tira lá? Ah, amor, hoje eu to afim de ficar na minha caixinha do nada.’ Daí eu já me encarrego de fazer, até pra ter um... Um balanço, né? A gente não é de ferro...”</p>
3- As redes de apoio	<p>“É eu, só eu. Se, tipo assim, se ele está em casa e eu falo ‘vamos fazer tal coisa’, ele me ajuda. Tipo limpar vidro, essas coisas, ele bota a mão na massa para fazer junto comigo, mas, assim, a maior parte sou eu, de serviço, assim, sou eu...”</p> <p>“... o meu marido ajuda na cozinha, e o restante por sua conta tudo eu...”</p> <p>“... a Rosa Maria lava prato, a tarefa dela é lava os pratos, o fogão, é a cozinha. E a tarefa do meu filho é lavar o banheiro, varrer a casa, passar pano, fazer tudo, limpar o quintal. E aí você pergunta: ‘E você, faz o quê?’... Eu não faço nada... Eu faço comida e passo o dia fora, não tenho tempo de fazer nada dentro de casa...”</p> <p>“Ninguém...”</p> <p>“Os meus filhos e o meu esposo...”</p>

Procurou-se entender, na subcategoria “Ajuda mútua”, como tem funcionado essa dinâmica. Para algumas famílias, é natural o homem colaborar com os afazeres domésticos. Mesmo entre as mulheres cujos companheiros são mais colaborativos com as tarefas domésticas, o termo “ajudar” é presente, o que conota a tomada da responsabilidade das tarefas do lar para si. Em contrapartida, também se apresenta um universo de famílias em que a mulher é a dona de casa que executa todas as tarefas do lar. Nota-se, em parte das entrevistadas, a percepção de que a responsabilidade das tarefas domésticas recai sobre a mulher, e de que o homem faz apenas algumas pequenas tarefas. Em alguns casos, elas se sentem sobrecarregadas; em outros, dizem ser natural, pois foram criadas assim. Mesmo que inconscientemente, há um processo de aceitação e naturalização da responsabilidade relativa às tarefas ditas femininas e masculinas, e esse pode ser um ponto de contribuição das mulheres e dos homens para a manutenção das desigualdades. Por outro lado, observa-se, no discurso de algumas mulheres, que o trabalho remunerado não é gratificante e tampouco é de sua responsabilidade prover a família.

“... eu falo, vamos fazer tal coisa, ele me ajuda, ele bota a mão na massa para fazer junto comigo, mas, assim, a maior parte sou eu, de serviço, assim, sou eu...” (e4).

Alguns homens de classe de renda média podem expressar “sentimentos e, ou, comportamentos de constrangimento, dependência, tristeza, inconformismo, acomodação, indiferença, desânimo, inutilidade e depressão, na vivência da situação de não provisão ou provisão compartilhada em suas famílias” (D’Ávila, 2011, p. 6). Tais estudos também concluem que o fato de esses homens não terem autonomia financeira, em alguns casos, tem mais peso no constrangimento do que o fato de terem de realizar tarefas domésticas.

Na subcategoria “Participação masculina”, percebe-se um movimento de conscientização do homem em ajudar a mulher nos afazeres domésticos. Como se pode observar no trecho transcrito a seguir, no qual a entrevistada relata seu cotidiano familiar, nessa relação não existem regras impostas para quem vai desempenhar qualquer atividade que se apresente. A empatia é um sentimento existente, o esposo percebe a necessidade de descanso de sua companheira quando ela relata, e sempre optam por algo que seja mais confortável para ambos.

“A gente é bem livre em casa, que nem, tem dias que eu chego pra ele e falo: ‘Ai, hoje eu não quero fazer janta’; daí ele: ‘Não, tudo bem, a gente vai providenciar outra coisa.’ Ou quando ele não quer: ‘Ah, hoje é dia de lixo, amor, você tira lá? Ah, amor, hoje eu to afim de ficar na minha caixinha do nada.’ Daí eu já me encarrego de fazer, até pra ter um... Um balanço, né? A gente não é de ferro...” (E7)

Logo, é possível afirmar que “a relação familiar vivida na atualidade tem modificado qualitativamente o significado do ser pai” (Freitas et al., 2009, p. 90).

Essa mudança leva a crer que os homens vêm abrindo mão daquele papel tradicionalmente rude e frio com relação aos filhos e “começam a se preocupar em paternar o filho, acompanhando seu crescimento e desenvolvimento de modo mais próximo, realizando cuidados socialmente considerados femininos de modo que o provedor afetivo vem emergindo no provedor material” (Freitas et al., 2009).

Conforme a subcategoria “As redes de apoio”, em algumas famílias a participação masculina nas tarefas domésticas acaba sendo parcial, a maioria das atividades incidindo sobre a mulher. Em outras, não existe colaboração de nenhum dos integrantes familiares. Há as famílias, ainda, em que todos estão envolvidos na dinâmica dos afazeres domésticos. Ou seja, em cada família se apresenta uma realidade diversa.

“... o meu marido ajuda na cozinha, e o restante por sua conta tudo eu...”(E5)

“É eu, só eu. Se, tipo assim, se ele está em casa e eu falo ‘vamos fazer tal coisa’, ele me ajuda. Tipo limpar vidro, essas coisas, ele bota a mão na massa para fazer junto comigo, mas, assim, a maior parte sou eu, de serviço, assim, sou eu...” (E4)

Esse debate sobre a colaboração e o comprometimento dos homens na esfera privada já vem acontecendo há mais de duas décadas. Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, das Nações Unidas, realizada no Cairo em 1994, a ênfase foi em equilibrar as relações entre o feminino e o masculino, conscientizando os homens para que se envolvam nas questões de saúde, sexualidade e reprodução, dividindo essa carga que até então era de responsabilidade das mulheres (Arihla, Unbehaum & Medrado, 2001).

4.4. Motivação para o estudo

A categoria "Motivação para o estudo" foi dividida em três subcategorias: 1- Mudança; 2- A busca por curso técnico; 3 - A educação continuada.

Quadro 5

Categoria "Motivação para o estudo" (continua)

1- Mudança	<p>“Eu estudo para melhorar como ser humano, para aprender. Porque eu vejo que eu fiquei lá atrás e ainda está em tempo. Eu vejo tantas pessoas que têm mais idade do que eu, com 50 e poucos anos . . . se formando na faculdade, realizando um sonho, dizendo ‘eu vou fechar essa faculdade’, né, ‘eu vou até o final’ . . . E eu nunca fiz uma faculdade, vim terminar o 2º grau aqui, estudando de noite também, fazendo o SEBEJA, né. Quer dizer, como eu não tive a base lá no Nordeste, eu tive que apanhar muito aqui . . . e estou estudando para isso, porque eu quero ser uma pessoa, para eles terem o orgulho de mim, estou estudando para dar orgulho para os meus filhos também. Porque, já pensou, como que eu vou ser exemplo para eles . . . o preconceito existe, você sabe que existe, tem gente que diz que não tem, mas está lá escondidinho . . . além de você ser preta, e ainda burra, não dá, né ? . . . Aí você vem do Nordeste, tem o preconceito do Nordeste, aí tem o preconceito da cor, e, ainda, de falar errado, de não ter estudo, aí não, não quero não, quero melhorar. Vou estudar, não vou parar de estudar não...”</p> <p>“ . . . conhecimento é algo que vai lá dentro de você, eu acho sim que a minha vida mudou e muito...”</p> <p>“ . . . mudou, eu me abri mais, assim, sabe, a mente...”</p> <p>“ . . . a minha autoestima, a . . . o jeito das pessoas olharem pra mim eu acho que mudou, quem tá muito próximo, pai, mãe, irmãs...”</p> <p>“ . . . Eu me sinto uma pessoa melhor. Tipo, não só eu me sinto bem como até o meu marido, ele até já sente orgulho de mim, entendeu, ele me olha, assim, acho, com outro olhar de respeito...”</p>
------------	---

Quadro 5.**Categoria “Motivação para o estudo” (continuação)**

2- A busca por curso técnico	<p>“Então, por ser mais rápido e mais em conta, a gente vai nesse, né...” (E4)</p> <p>“Eu acho que o curso técnico é um.. é um prazo mais curto e mais completo. E, dentro da área que eu já estou trabalhando, me aperfeiçoar nisso eu acho que foi o que mais pesou...” (E5)</p> <p>“Sim, porque eu não tenho condições de bancar hoje uma faculdade, porém o meu objetivo é.. me formar agora no técnico e aí trabalhar, e daí com o meu dinheiro, né, a minha renda do meu trabalho, pagar uma faculdade. Daí, sim. Fazer a graduação, né...” (E8)</p>
3- A educação continuada	<p>“Ah, eu já estou já querendo fazer enfermagem...” (E1)</p> <p>“... eu já vi que vai começar agora em outubro um à noite sobre cuidados infantis, quero fazer...” (E2)</p> <p>“Eu pretendo, depois que eu fizer podologia, eu quero fazer as especializações, né, daí para pé diabéticos, geriatrias. Eu penso em fazer primeiro para pés geriatrias, daí depois o diabético, específico para isso...” (E4)</p> <p>“... Pretendo, eu já gostei muito disso. Até, claro, que vem o cansaço, o esgotamento, mas eu já estou me preparando para, assim que eu concluir o técnico, e se tiver, vier a ter, a faculdade de podologia em Curitiba, eu vou fazer...” (E9)</p>

Na subcategoria “Mudança”, os relatos das entrevistadas a respeito do convívio com o universo escolar descrevem as mudanças que o conhecimento e o estudo proporcionaram a elas. A interação professor e aluno, aluno e aluno, traz essa reflexão de melhoria. Elas percebem uma mudança efetiva nas projeções que vislumbram para o futuro, empoderam-se, tornam-se mais seguras de si perante a família e a sociedade. Elas reconhecem a escola como veículo de mudança, mudança de vida e de contexto social. Sentem-se mais respeitadas e valorizadas, e através dos estudos vislumbram melhorias, além de serem exemplos para os próprios filhos. A mente se abre, e as possibilidades, também. A busca da educação e da escola como ferramentas de liberdade de todos os tipos de opressão é uma expectativa disseminada entre a população. Tal anseio pode ser avaliado no depoimento que segue:

“Eu estudo para melhorar como ser humano, para aprender. Porque eu vejo que eu fiquei lá atrás e ainda está em tempo. Eu vejo tantas pessoas que têm mais idade do que eu, com 50 e poucos anos . . . se formando na faculdade, realizando um sonho, dizendo ‘eu vou fechar essa faculdade’, né, ‘eu vou até o final...’ E eu nunca fiz uma faculdade, vim terminar o 2º grau aqui, estudando de noite também, fazendo o SEBEJA, né. Quer dizer, como eu não tive a base lá no Nordeste, eu tive que apanhar muito aqui . . . e estou estudando para isso, porque eu quero ser uma pessoa, para eles terem o orgulho de mim, estou estudando para dar orgulho para os meus filhos também. Porque, já pensou, como que eu vou ser exemplo para eles... o preconceito existe, você sabe que existe, tem gente que diz que não tem, mas está lá escondidinho . . . além de você ser preta, e ainda burra, não dá, né ? . . . Aí você vem do Nordeste, tem o preconceito do Nordeste, aí tem o preconceito da cor, e ainda de falar errado, de não ter estudo, aí não, não quero não, quero melhorar. Vou estudar, não vou parar de estudar não...” (E7).

Assim como a consolidação do capitalismo vem contribuindo para a transformação do conceito de trabalho, o iluminismo foi uma importante influência para que o conhecimento científico moderno seja considerado, se não a única, pelo menos a mais assertiva forma de educação para a emancipação do indivíduo. Entretanto, é necessário que se trabalhe nos espaços de ensino/aprendizagem não somente com a reprodução das ideias reducionistas que produzem um saber científico e tecnológico, mas que também, democraticamente, ocupe-se de ser espaço de reflexão e de construção de novas realidades, um espaço multiplicador de alternativas às realidades opressoras de uma sociedade baseada em desigualdades (Gabriel, 2016).

Logo, pode-se concluir que a escola seja um dos veículos de mudança para o desenvolvimento humano, principalmente no sentido de alavancar uma ruptura dos modelos preexistentes, que se multiplicarão se entendermos que “. . . as mulheres, como mães, são agentes decisivos na esfera da reprodução social, pois são as que mais participam da educação” (Freitas et al., 2009 p. 86). Porém, existem ainda grandes batalhas a ser travadas até que a escola seja realmente um espaço de igualdade, pois a realidade atual aponta para um ambiente que reproduz “. . . estereótipos e papéis específicos para ambos os sexos”. (Brabo, 2008, p. 163).

A subcategoria "A busca por curso técnico" nos mostra o porquê da opção por essa formação técnica. Nos relatos das entrevistadas, pode-se perceber que a escolha

advém do custo-benefício por ela proporcionado: além de trazer mais qualificação para atividades já desenvolvidas pelas entrevistadas – por exemplo, no caso das manicures e pedicures que optam por fazer o curso técnico em Podologia –, agregando, assim, mais valor ao que desenvolvem, contribui para aumentar sua renda financeira. Além disso, é relatado que o curso técnico é mais rápido e tem valor mais acessível, comparado a uma graduação. Observa-se também que, para muitas, esse é o primeiro passo da sua formação educacional, a partir do qual algumas esperam, através da independência financeira trazida pelo curso técnico, alavancar subsídios para uma futura graduação.

Conforme relatos:

“Então, por ser mais rápido e mais em conta, a gente vai nesse né...” (E4)

“Eu acho que o curso técnico é um prazo mais curto e mais completo. E dentro da área que eu já estou trabalhando, me aperfeiçoar nisso eu acho que foi o que mais pesou...” (E5)

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005), a educação profissional é de grande importância para a superação da pobreza, pois é através dela que se aumentam as chances de trabalho e fontes de renda. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2015) se posiciona afirmando que através da educação profissional desenvolve-se a independência das pessoas, comunidades, empresas e organizações, possibilitando o emprego, o aprendizado e a sustentabilidade.

Na subcategoria “A educação continuada”, observou-se que, mesmo adiante de todas as dificuldades, essas mulheres pretendem continuar a buscar a independência social e financeira através da educação. Depois que terminarem o curso técnico, muitas delas querem continuar a estudar, seguindo os caminhos com os quais mais se

identificaram na área de estudo, seja por meio de especialização, graduação na área técnica que estudaram ou em outras áreas como a da saúde:

“Eu pretendo, depois que eu fizer podologia eu quero fazer as especializações, né, daí para pé diabéticos, geriatrias. Eu penso em fazer primeiro para pés geriatrias, daí depois o diabético, específico para isso...” (E4)

“Pretendo, eu já gostei muito disso. Até, claro, que vem o cansaço, o esgotamento, mas eu já estou me preparando para, assim que eu concluir o técnico, e se tiver, vier a ter a faculdade de podologia em Curitiba, eu vou fazer...”(E9)

De acordo com a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS), a formação continuada é uma atividade dinâmica de ensino-aprendizagem, com o objetivo de qualificar e atualizar as habilidades dos indivíduos. O elemento mais importante para o funcionamento e desenvolvimento de uma empresa ou instituição pública são as pessoas que ali trabalham, e a constante busca pelo aprendizado proporciona o desenvolvimento profissional e pessoal (Oguisso, 2000).

4.5. Conciliação das atividades

Na última categoria – “Conciliação das atividades” –, buscou-se compreender como essas mulheres veem e administram as inúmeras atividades que desenvolvem. Para tanto, a categoria foi dividida em quatro subcategorias: 1- Cansaço; 2 - Sobrecarga; 3 - Sentimentos; 4 - Flexibilidade de tempo.

Quadro 6

Categoria “Conciliação das atividades” (continua)

1. Cansaço	<p>“... eu me sinto muito cansada, mas feliz, sabe?! É... acho que eu chego cansada, às vezes: ‘Nossa eu quero lavar o cabelo, mas eu to muito cansada, vou dormir’. Mas eu vou dormir feliz, tendeu? Eu to, assim, é... não é difícil mas não é impossível, mas no final eu to bem, to feliz. Apesar de sobrecarregada...” (E6)</p> <p>“Me sobrecarrego bastante, porque eu tenho que levantar muito cedo pra dar conta de cuidar de todos os afazeres domésticos e ainda sair resolver as coisas na rua, pagar conta, essas coisas. Daí, preparar a filha pra escola, fazer almoço, essas atividades diárias. Aí eu venho para o curso, depois eu chego em casa, meu dia é cronometrado. E eu faço academia à noite...” (E7)</p>
------------	--

Quadro 6
Categoria “Conciliação das atividades” (continuação)

2. Sobrecarga	<p>“Não, em casa é tudo em cima de mim, por exemplo, é eu que cuido de toda a casa, eu que pago conta, eu que faço mercado, eu que levo e busco filho da escola, daí eu venho pro meu curso, aí eu limpo casa, faço comida, lavo louça, lavo roupa, mantenho tudo em ordem. Aí vou no mercado, ainda sou meio táxi, ainda, da minha família, especialmente da minha sogra, né?! Então eu faço de tudo, eu não sou muito dependente dele, não, eu me viro com tudo, mesmo. Eu tenho eu resolver até me sobrecarrego, mas é a realidade...”(E8)</p> <p>“Tipo assim, cansada? Sinto, muito. Tipo assim, tem dia assim que, é, eu sinto muita dor no corpo, assim, sabe. Igual hoje, eu acordei com muita dor no corpo, sabe, eu falei para o meu marido, eu queria ter, tipo assim, um dia, assim, sabe, eu ficar o dia inteiro ou na cama, assim, ou no salão me cuidando, só de mim, ou no spa, sabe...”(E1)</p> <p>“Ai, eu sinto, eu sinto sobrecarregada, porque a responsabilidade é muito grande, ser mãe, você tem que de cuidar do lar, de ter que trabalhar para ajudar dentro de casa. Eu me sinto sobrecarregada, tem hora que dá vontade de chutar o balde e sair correndo, entendeu? Ai, nossa, é muito cansativo se for olhar assim. Eu me sinto sobrecarregada, sim, porque a responsabilidade que cai sobre os nossos ombros como mãe é maior que no pai, principalmente quando não é pai, NE, o camarada ele é padraço, não é a mesma coisa. Eu me sinto, sim, sobrecarregada.” (E7)</p>
3. Sentimentos	<p>“... eu sinto muita dor no corpo, assim, sabe. Igual hoje, eu acordei com muita dor no corpo, sabe, eu falei para o meu marido, eu queria ter, tipo assim, um dia, assim, sabe, eu ficar o dia inteiro ou na cama, assim, ou no salão me cuidando, só de mim, ou no spa, sabe. O meu momento, sabe...” (E1)</p> <p>“... eu gosto de desafios, sabe, eu me sinto, assim, realizada de chegar no final do dia, eu posso estar cansada, mas mentalmente, psicologicamente, eu estou ótima, porque eu consegui fazer tudo que eu queria...” (E3)</p> <p>“Sabe que eu sempre falo que eu me sinto muito cansada, mas feliz, sabe?! É... acho que eu chego cansada, às vezes: ‘Nossa eu quero lavar o cabelo, mas eu to muito cansada vou dormir’. Mas eu vou dormir feliz, tendeu? Eu to, assim, é... não é difícil, mas não é impossível, mas no final eu to bem, to feliz. Apesar de sobrecarregada...” (E5)</p> <p>“Na verdade eu queria ter mais tempo pra ficar em casa, mas eu adoro, assim, fazer tudo isso, eu não me imagino de outra forma...”</p>
4. Flexibilidade de tempo	<p>“... eu não me sinto sobrecarregada, porque eu tenho essa liberdade, eu trabalho cuidando... tenho as minhas clientes, mas eu consigo: ‘Ah, hoje eu não posso, pode ser amanhã?’; ‘Pode’... então eu tento me organizar melhor pra não me sobrecarregar...” (E2)</p>

Na subcategoria “Cansaço”, notou-se que o esgotamento físico é muito evidente em todos os relatos. Em alguns casos, ele se apresenta como consequência das inúmeras atividades desenvolvidas, não trazendo nenhum tipo de estresse para essa rotina – caso da entrevistada E6, por exemplo, que, mesmo desenvolvendo tantas tarefas diariamente,

sente cansaço em sua rotina, mas junto com uma grande satisfação em executar tantas atividades:

“... eu me sinto muito cansada, mas feliz, sabe?! É... acho que eu chego cansada, às vezes: ‘Nossa, eu quero lavar o cabelo, mas eu to muito cansada, vou dormir.’ Mas eu vou dormir feliz, tendeu? Eu to, assim, é... não é difícil, mas não é impossível, mas no final eu to bem, to feliz. Apesar de sobrecarregada....” (E6)

A sobrecarga é mais evidente no relato da entrevistada E7, quando ela diz que seu tempo é cronometrado para realizar todas as tarefas do dia a dia, como afazeres domésticos, cuidar dos filhos, cozinhar, estudar e pagar as contas. Entretanto, mesmo com suas inúmeras atividades e sentimento de sobrecarga, ela prioriza, ao fim da noite, a realização de atividades físicas.

Em pesquisa realizada com um grupo de enfermeiras, em que se tratou da dupla jornada de mulheres que trabalham e cuidam do lar, observou-se que essa rotina, vivenciada pela maioria das entrevistadas, é umas das causas de estresse e cansaço. Pode-se afirmar que, com a valorização da vida profissional das mulheres, mesmo assim, elas se sentem sobrecarregadas com as inúmeras funções que desenvolvem, muitas vezes não se importando com a falta de participação do marido (Spindola & Santos, 2003).

Na segunda subcategoria, “Sobrecarga”, todas relatam o sentimento de estar sobrecarregadas, pois, mesmo tendo como objetivo a independência financeira e social, elas não deixaram de desenvolver suas inúmeras atividades no lar, como limpar a casa, educar os filhos, cozinhar, pagar as contas e ser esposas. Nem sempre o companheiro colabora com essa dinâmica familiar dentro de casa, sobrecarregando totalmente essa mulher, gerando, assim, um sentimento de vontade de lagar tudo ou até mesmo “chutar o balde”. No relato da entrevistada E7 é observado que, em seu olhar, o padrasto acaba não sendo um colaborador, justamente porque não é pai de seus filhos:

“Ai eu sinto, eu sinto sobrecarregada porque a responsabilidade é muito grande, ser mãe, você tem que de cuidar do lar, de ter que trabalhar para ajudar dentro de casa. Eu me sinto sobrecarregada, tem hora que dá vontade de chutar o balde e sair correndo, entendeu? Ai, nossa, é muito cansativo se for olhar assim. Eu me sinto sobrecarregada sim, porque a responsabilidade que cai sobre os nossos ombros como mãe é maior que no pai, principalmente quando não é pai, né, o camarada, ele é padrasto, não é a mesma coisa. Eu me sinto, sim, sobrecarregada.” (E7)

Ao constatar a insatisfação das mulheres diante da sobrecarga de atividades profissionais e/ou domésticas, Castro (1997, p. 28 citado por Amâncio & Oliveira, 2002) sugere que a independência feminina não passa de uma ilusão, pois elas continuam sobrecarregadas, seja no âmbito profissional ou doméstico, e isso teria gerado, nessas mulheres trabalhadoras, a “identidade de supermulher”.

Na subcategoria seguinte, é perceptível a dissonância dos “Sentimentos”, visto que, em algumas situações, a mulher se sente realizada com tantas tarefas que executa, ao passo que, em outras situações, sobressai o esgotamento físico e mental diante de tudo que essa mulher tem que desenvolver no decorrer de seus dias. Por exemplo:

“... eu sinto muita dor no corpo, assim, sabe. Igual hoje, eu acordei com muita dor no corpo, sabe, eu falei para o meu marido, eu queria ter, tipo assim, um dia, assim, sabe, eu ficar o dia inteiro ou na cama, assim, ou no salão me cuidando, só de mim, ou no spa, sabe. O meu momento, sabe...” (E1)

“... eu gosto de desafios sabe, eu me sinto, assim, realizada de chegar no final do dia, eu posso estar cansada, mas mentalmente, psicologicamente, eu estou ótima, porque eu consegui fazer tudo que eu queria...” (E3)

A menor disponibilidade de tempo para dedicar à educação dos filhos pode fazer parte de um movimento natural de adequação às novas atribuições em uma sociedade em transformação, pois “... tanto homens como mulheres, pais e filhos, estão aprendendo a conciliar seu tempo e as funções que lhes são delegadas tanto dentro como fora do lar.” (Fleck & Wagner, 2003, p. 37).

A subcategoria “Flexibilidade de tempo” mostra que, mesmo com o sentimento de esgotamento, cansaço ou sobrecarga, ter flexibilidade de tempo acaba sendo um

motivador, pois nas profissões escolhidas (por exemplo, a “Podóloga”) elas trabalham com agenda e horário marcado, podendo muitas vezes bloquear a agenda no caso de imprevistos, o que não aconteceria se fossem funcionárias com carga horária semanal a cumprir. Conforme relato:

“...eu não me sinto sobrecarregada, porque eu tenho essa liberdade, eu trabalho cuidando... tenho as minhas clientes, mas eu consigo: ‘Ah, hoje eu não posso, pode ser amanhã?’; ‘Pode’... então eu tento me organizar melhor pra não me sobrecarregar...”
(E2)

Em estudo divulgado pela revista *Exame* (2016), 43% dos trabalhadores não aceitariam aumento de salário de 10% se pudessem, em vez disso, ter mais flexibilidade no trabalho. A pesquisa também apontou que um terço das pessoas trocariam de emprego se lhes fossem ofertados trabalhos mais flexíveis do que o atual. O olhar para a qualidade de vida é um dos fatores principais que justificam tais números. Os maiores motivos seriam a facilidade para lidar com responsabilidades familiares (43%) e a possibilidade de ter mais tempo livre (38%).

5. CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo geral analisar o papel das mulheres, em Curitiba, que trabalham, administram seus lares e estudam em ensino técnico profissionalizante. Também teve, por objetivos específicos: descrever a distribuição dos papéis na família; analisar os motivos que levam essas mulheres a buscar a formação pela educação; analisar se essas mulheres conciliam os diferentes papéis que desempenham; e identificar a rede de apoio de mulheres que têm tripla jornada.

Observou-se que as participantes compreendiam o trabalho remunerado não apenas como uma fonte de renda, mas também como uma forma de realização pessoal e de satisfação. Por meio do trabalho, essas mulheres viam a possibilidade de poder proporcionar uma vida melhor para sua família, bem como estudo para seus filhos. Através do trabalho elas conquistaram sua autonomia pessoal e profissional, seu próprio dinheiro, flexibilidade de tempo, e passaram a contribuir para a renda familiar. Observa-se, também, que o trabalho proporcionou o desenvolvimento de maior autoconfiança e ímpeto de crescer, cada vez mais, profissionalmente e socialmente. Entre as pesquisadas, pode-se ver a importância de trabalhar com o propósito de fazer o bem ao próximo. Muitas delas revelaram sentir-se realizadas pelo que podiam fazer positivamente pelo outro. Percebeu-se também que, mesmo na busca por independência financeira, profissional e pessoal, algumas dessas mulheres sentiam-se sobrecarregadas por desenvolver outras atividades, seja nos cuidados do lar ou na dedicação à formação profissional por meio da educação. Esses resultados se assemelham aos achados de Almeida (2007); Losada e Rocha-Coutinho (2007), Santos e Diniz (2011), e Damaske (2011).

A procura por educação profissional com vistas à capacitação, com o intuito de conquistar melhores salários e conseqüentemente melhores condições de vida para essas

mulheres e suas famílias, também proporcionou socialização e profissionalização. Muitas delas já desenvolviam trabalhos similares ao curso técnico escolhido, como é o caso das podólogas entrevistadas. Algumas já eram manicures e, no curso técnico de podologia, encontraram maior possibilidade de crescimento profissional, social e financeiro. A escolha de um curso técnico se justificava pela carga horária reduzida, se comparada à da maioria dos cursos de formação acadêmica, e também pelo valor mais acessível do curso. Mesmo diante dos relatos de cansaço e sobrecarga, muitas dessas mulheres afirmaram que queriam continuar se aperfeiçoando e estudando, dado similar ao das pesquisas de Graf e Diogo (2009) e Ciscon-Evangelista, Leal, Oliveira e Menandro (2012).

Entender como funciona a conciliação entre atividades profissionais, cuidados com a casa, cuidados com os filhos e dedicação ao estudo foi um dos objetivos desta pesquisa. Observa-se que, para algumas mulheres, administrar inúmeras atividades trazia, sim, uma grande sobrecarga física e mental, mas também estava atrelado à satisfação e realização pessoal. Mesmo desempenhando inúmeras atividades, elas se sentiam satisfeitas e realizadas dentro dessa dinâmica vivenciada. Para algumas, porém, a sobrecarga de atividades trazia inúmeros malefícios, tais como cansaço físico e mental, além de não poderem acompanhar efetivamente o crescimento e desenvolvimento dos filhos. Muitas sentiam a sobrecarga, pois não tinham em casa a colaboração masculina nas atividades do lar e todo o trabalho doméstico ficava sob sua responsabilidade. Essa sobrecarga de atividades das mulheres foi descrita por Abele e Spurk (2011); Nunes (2011); Kondo (2011) e Guimarães e Petean (2012). Apesar das transformações ocorridas nos papéis de gênero, observa-se que as atividades domésticas e os cuidados com a criação dos filhos ainda continuam sendo atividades culturalmente

atribuídas ao papel feminino (Jablonski, 2010; Verza, Sattler, & Strey, 2015; Santos, 2015).

Quando procuramos entender a concepção das entrevistadas a respeito dos papéis masculinos e femininos, verificamos que, na maioria das vezes, a mulher era vista como: o alicerce do lar; a pessoa que trazia amor, carinho, respeito e equilíbrio emocional para a família; a base familiar. O homem era visto como a figura de respeito, o provedor financeiro, que tinha como responsabilidade trazer a ordem. Observa-se que em algumas famílias os papéis eram bem distribuídos, seja no quesito familiar ou financeiro – em que todos colaboravam, inclusive os filhos. A participação masculina nas atividades do lar ocorria, em algumas famílias, de maneira tranquila e harmoniosa; em outras, porém, o homem só assumia seu papel de provedor financeiro, não contribuindo com as atividades do lar e, conseqüentemente, sobrecarregando física e emocionalmente sua companheira.

Esses resultados demonstram a importância de serem implementadas políticas públicas e ações programáticas voltadas para a conscientização da sociedade, para promover uma transformação nos papéis atribuídos aos gêneros, de forma a proporcionar uma sociedade mais justa em igualdade de direitos e de oportunidades às mulheres. Apenas o fato de a mulher trabalhar e estudar não significa que haja igualdade entre os papéis de gênero dentro do lar e fora dele. A mulher ainda se encontra em situação de maior vulnerabilidade, pois sofre mais violência, tem salários menores e sofre discriminação. Fica evidente a importância de refletir sobre e trabalhar a conscientização da sociedade perante os papéis masculinos e femininos.

REFERÊNCIAS

- Abele, A. E., & Spurk, D. (2011). The dual impact of gender and the influence of timing of parenthood on men's and women's career development: Longitudinal findings. *International Journal of Behavioral Development*, 35(3), 225-232. doi:10.1177/0165025411398181
- Albuquerque, G. A., Nunes, J. F. C., Belém, J. M., Leite, M. F., & Quirino, G. S. (2016, setembro). Dupla jornada de trabalho: implicações na saúde da enfermeira. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, 10(9): 3401-3410. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11422>
- Almeida, L. S. (2007). Mãe, cuidadora e trabalhadora: Múltiplas identidades de mães que trabalham. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, 19(2), 411- 422. doi:10.1590/S0104-80232007000200011
- Alves, B. M. A., & Pitanguy, J. (2017) *O que é feminismo*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Amâncio, L., & Oliveira, J. M. (2002, setembro). Liberdades condicionais: o conceito de papel sexual revisitado. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (40), 45-61.
- Amaral, G. A. (2012) Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. *Itinerarius Reflectionis. Revista eletrônica do curso de pedagogia do campus Jataí*, 8(2), 1-20. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/22336>
- Ansara, S., & Dantas, B. S. A. (2010). Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 95-103. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000100012>
- Araújo, F. D., Bedin, G. A., & Cittadino, G. G. (2015). Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito. In *XXIV congresso nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC /Dom Helder Câmara*. Belo Horizonte, MG. Recuperado de <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/w8299187/aru8h4m8ampznw1z.pdf>
- Arilha, M., Unbehaum, S., & Medrado, B. (2001). Introdução. In M. Arilha, S. Unbehaum, & B. Medrado (Orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. (2a. ed, pp. 15-28). São Paulo: Editora 34.
- Bardin, L. (2004) *Análise de conteúdo* (3a. ed). Lisboa: Edições 70.
- Barros, A. M. (2011). *Curso de direito do trabalho* (7a. ed.) São Paulo: LTr.
- Benevento, C. T., & Santana, V. C. (2013, enero). O conceito de gênero e suas representações sociais. *EFDeportes.com, Revista Digital*, (176). Recuperado de <https://www.efdeportes.com/efd176/o-conceito-de-genero-e-suas-representacoes-sociais.htm>

- Berger, P. L., & Luckman, T. (1986) *A construção social da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bomfim, E. M. (1994). Psicologia social, psicologia do esporte e psicologia jurídica. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação* (pp. 201-243). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Borsa, J. C., & Feil, C. F. (2008, 13 de junho). *O papel da mulher no contexto familiar : uma breve reflexão* [doc. eletrônico]. Portal dos psicólogos. Recuperado de <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0419.pdf>
- Brabo, T. S. A. M. (2008). Educação e democracia: o papel do movimento feminista para a igualdade de gênero na escola. *ex æquo*, (17), 155-165. Recuperado de: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n17/n17a10.pdf>
- Brasil. (2008). Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília.
- Brasil. (2015). *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEM 2014*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. Recuperado de http://www.spm.gov.br/central-deconteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livrorasem_completo.pdf
- Brumer, A. (1988, outubro). O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3(8), 20-38. Recuperado de http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_08/rbcs08_02.htm
- Bruschini, C. (2006, julho/dezembro). Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23(2), 331-353. doi: 10.1590/S0102-30982006000200009.
- Carloto, M. C. (2001). O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço Social em Revista*, 10(2), 201-13. Recuperado de http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n2_genero.htm
- Carvalho, M. (2011). O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPED (1999-2009). *Revista Brasileira de Educação*, 16(46), 99-117. doi: 10.1590/S1413-24782011000100006
- Ciscon-Evangelista, M. R., Leal, L. S., Oliveira, N. K., & Menandro, P. R. M. (2012). Pós-Graduação, formação profissional e postergação da constituição de família própria: um estudo com estudantes de mestrado e doutorado. *Psicologia e Saber Social*, 1(2), 265-277.
- Coelho, A. P. F., Beck, C. L. C., Fernandes, M. N. S., Machado, K. L., & Camponogara, S. (2016). Mulher-guerreira, mulher-homem: reconhecimento do trabalho e seus sentidos na percepção de mulheres recicladoras. *Texto & Contexto – Enfermagem*, 25(2), 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072016002350014>.

- Costa, A. O., & Bruschini, A. O. C (Orgs.). (1992). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos.
- Cunha, M. S., & Vasconcelos, M. R. (2016). Fecundidade e participação no mercado de trabalho brasileiro. *Nova Economia*, 26(1), 179-206.
- Damaske, S. (2011). A "major career woman"? How women develop early expectations about work. *Gender & Society*, 25(4), 409-430. doi:10.1177/0891243211412050.
- D'Ávila, S. M G. (2011, agosto). O lugar do homem em famílias de mulheres provedoras. *Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina. Recuperado de <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Sande.pdf>
- D'Ávila Neto, M. I. (1994). *O autoritarismo e a mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil*. Rio de Janeiro: Artes & Contos.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). (2013, março). A inserção das mulheres nos mercados de trabalho metropolitanos e a desigualdade nos rendimentos. *Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)*. Recuperado de: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pedmulhermet.pdf>.
- Diogo, M. F., & Maheirie, K. (2008). Alguns sentidos atribuídos ao trabalho doméstico por serventes de limpeza. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(2), 257-272. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v11n2/a09v11n2.pdf>
- Federação de Órgãos para Assistência Sócio-Educacional (FASE). (2001). *Gênero e sexo: agora homem vai ter que usar saia?* Belém. 30p. il.
- Figueiredo, J. M., & Alevato, A. M. R. (2013, outubro) A visão de prazer e sofrimento da psicodinâmica do trabalho ante a precarização e a intensificação do trabalho – Breve reflexão. In *XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. A Gestão dos Processos de Produção e as Parcerias Globais para o Desenvolvimento Sustentável dos Sistemas Produtivos*. Salvador, BA. Recuperado de http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013_TN_STO_180_026_23218.pdf
- Fleck, A. C., & Wagner, A. (2003). A mulher como principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em Estudo*, 8(número especial), 31-38. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa05.pdf>
- Fonseca, R. M. G. S. (2008). Gênero como categoria para a compreensão e a intervenção no processo saúde-doença. In C. E. Kalinowski (Coord.), *PROENF- Programa de Atualização em Enfermagem: Saúde do adulto: Ciclo 3, Módulo 2* (pp. 9-39). Porto Alegre: Artmed/Panamericana.
- Franco, M. L. P. B. (2005). *Análise de conteúdo* (2a. ed.). Brasília: Liber Livro.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17 ed.). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Freitas, M. F. Q. (2002). Intersecciones entre sentido de comunidad y vida cotidiana. In I. Piper (Comp.), *Políticas, Sujetos y Resistencias — Debates y Críticas en Psicología Social*. Santiago de Chile: ARCIS.
- Freitas, M. F. Q. (2006). Dimensões da exclusão e da participação na vida cotidiana: perspectiva da psicologia Social Comunitária Latino-Americana. In M. A. Schmidt & T. Stoltz (Orgs.), *Educação, Cidadania e Inclusão Social* (Vol. 1, pp.104-113). Curitiba: Aos Quatro Ventos.
- Freitas, M. F. Q. (2012). Intervenção psicossocial e compromisso: desafios às políticas públicas. In A. M. Jacóvilela, & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 370-386) [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Freitas, M. T. A. (1994). *Vygotsky e Bakhtin – Psicologia e educação: um intertexto*. São Paulo: Ática.
- Freitas, P., & Reis, S. S. (2015). Mercado de trabalho e questões de gênero: avanços e perspectivas. In *VIII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos. XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade contemporânea*.
- Freitas, T. V. (2007). *O cenário atual da divisão sexual do trabalho*. São Paulo: SOF.
- Freitas, W. M. F., da Silva, A. T. M. C., Coelho, E. A. C., Guedes, R. N., De Lucena, K. D. T., & Costa, A. P. T. (2009). Paternidade: homem no papel social de provedor. *Rev Saúde Pública*, 43(1), 85-90. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n1/6868>
- Gabriel, C. T. (2016). Conhecimento escolar e emancipação: uma leitura pós-fundacional. *Cadernos de Pesquisa*, 46(159), 104-130 Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n159/1980-5314-cp-46-159-00104.pdf>.
- Garcia, C. C. (2011). *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade.
- Gardey, D. (2003). Perspectivas históricas. *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 64-89). Petrópolis: Vozes.
- Girão, I. C. C. (2001). *Representações sociais de gênero: suporte para as novas formas de organização do trabalho* (Dissertação de Mestrado em Administração). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Godoy A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63.
- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.

- Góis, C. W. L. (1993). *Noções de Psicologia Comunitária*. Ceará: UFC.
- Graf, L. P., & Diogo, M. F. (2009). Projeções juvenis: Visões ocupacionais e marcas de gênero. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10(1), 71-82.
- Guareschi, P. (2005). *Psicologia social como prática de libertação* (3a ed). Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Guimarães, M. G. V., & Petean, E. B. L. (2012). Carreira e família: divisão de tarefas domiciliares na vida de professoras universitárias. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 13(1), 103-110.
- Hahner, J. E. (1981). *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937* (Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa, trad.). São Paulo: Brasiliense.
- Heilborn, M. L. (1990). Do gênero: antropologicamente. *De Folhetins*, (3), 1- 39.
- Hirata, H. (2009, dezembro). Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. *Cadernos de Crítica Feminista*, (2), 80-105.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2002). *Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil – 2000* (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, nº 8). Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66196.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2011). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-2011)*. Recuperado de <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default.shtm>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2012). Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas. *Pesquisa Mensal de Emprego (PME): Boletim de março de 2012*. Recuperado de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Trabalho e Rendimento. (2015). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [PNAD]: síntese de indicadores 2013* (2ª ed.). Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2014). *Síntese dos indicadores sociais 2014*. Tabelas. Recuperado de: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicador_esminimos/sinteseindicsois2014/default.shtm

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2017). *Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios* (PNAD-2017). Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>.
- Izquierdo, M. J. [Mimeografado] (1990). *Bases materiais de sistema sexo/gênero*. São Paulo: SOF.
- Jablonski, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(2), 262-275. doi: 10.1590/S1414-98932010000200004
- Jurkewicz R. S. (2005). *Desvelando a política do silêncio: abuso sexual de mulheres por padres no Brasil* (Coleção Cadernos, nº 12). São Paulo: Cadernos Católicas pelo Direito de Decidir.
- Kondo, A. (2011). Gender-specific labor market conditions and family formation. *Journal of Population Economics*, 25(1), 151-174. doi:10.1007/s00148-011-0367-7
- Lane, S. T. M. (1984). A Psicologia social e uma nova concepção de homem para a "Psicologia". In S. T. M. Lane, & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Lima, F. I. A, Voig, A. E. G. T., Feijó, M. R., Camargo, M. L., & Cardoso, H. F. (2017, janeiro/junho). A influência da construção de papéis sociais de gênero na escolha profissional. *Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 19(1), p. 33-50, jan./jun. 2017. Recuperado de <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10818>.
- Lopes, C. B. (2010). *Trabalho feminino em contexto angolano: um possível caminho na construção de autonomia* (Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo [PUC-SP], São Paulo). Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18031>
- Louro, G. L. (2003). A emergência do "gênero". In G. L. LOURO, *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectivapós-estruturalista* (6a. ed., pp. 14-36). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Losada, B. L., & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). Redefinindo o significado da atividade profissional para as mulheres: O caso das pequenas empresárias. *Psicologia em Estudo*, 12(3), 493-502. doi:10.1590/S1413-73722007000300006
- Macedo, C. V. (1985). Diferenciação ocupacional e salarial do operariado feminino "vis-a-vis" o masculino na indústria brasileira (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Martin-Baró, I. (1996a). O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.

- Martín-Baró (1996b). The role of the psychologist (A. Aron, Trad.). In A. Aron, & S. Corne (Eds.), *Writings for a liberation psychology* (2ª ed., pp. 33-46). Cambridge, USA: Harvard University Press. (Reimpresso de *Boletín de Psicología* (1995), 4(17), 99-112).
- Mayring, P. (2004). Qualitative Content Analysis. In U. Flick, E. von Kardoff, & I. Steinke (Eds.), *A companion to qualitative research*. London: Sage.
- Mead, M. (2008). *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*. São Paulo: Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1935).
- Mendes, M. A. (2002). Mulheres chefes de família: a complexidade e ambiguidade da questão. In *Anais do XIII Encontro nacional de Estudos Populacionais* (pp. 1-13). Ouro Preto, MG. Recuperado de <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1131/1094>
- Millett, K. (1970). *Sexual politics*. New York: Columbia University Press.
- Montero, M. (1984). La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 16(3), 387-400.
- Montero, M. (2003). *Teoría y práctica de la Psicología Comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nunes, S. A. (2011). Afinal, o que querem as mulheres? Maternidade e mal-estar. *Psicologia Clínica*, 23(2), 101-115. doi:10.1590/S0103-56652011000200007.
- Oakley, A. (1972). *Sex, gender and society*. London: Temple Smith.
- Oguisso, T. (2000). A educação continuada como fator de mudanças: visão mundial. *Nursing (edição brasileira)*, 3(20), 22-29.
- Oliveira, Z. L. C. (2005). A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? In C. Araújo & C. Scalón. (Orgs.), *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Faperj.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2005). *Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: guia para o leitor*. Brasília: OIT.
- Osterne, M. S. F. (2001). *Família, pobreza e gênero: lugar da dominação masculina*. Fortaleza: EdUECE.

- Padilha, M. G. S., & Antunes, M. C. (2015) Aspectos psicológicos e acolhimento da mulher vítima de violência doméstica e familiar. In S. L. B. Barwinski, D. M. R. Joppert, & Z. A. L. Rodrigues (Orgs.). *Violência contra a mulher: desafios e avanços* (pp. 147-169). Curitiba, PR: OAB.
- Paiva, G. F. D. (2017). Mulher e trabalho: mais que independência financeira, conquista de espaços de igualdade. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*. Florianópolis, SC. Recuperado de http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498531346_ARQUIVO_MULHERETRABALHOMaisqueindependenciafinanceira,conquistadeespacosdeigualdade.pdf
- Pastore, J. (2007). *A mulher e o trabalho*. São Paulo: RT.
- Perboni Adams, A. R., & Vaucher, R. (2013, outubro). A evolução da mulher no mercado de trabalho no Brasil. *Anais do 11º Encontro Científico Cultural Interinstitucional* (pp.345-352). Cascavel, PR. Recuperado de <https://www.fag.edu.br/upload/ecci/anais/55952a25e356b.pdf>
- Perrot, M. (1995). Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, (4), 9-28.
- Pinto, C. R. J. (2010, junho). Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia Política*, 18(36), 15-23. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>
- Pinto, J. A. R. (2007, agosto). Empregabilidade da mulher no mercado atual de trabalho. *2º Congresso Internacional Sobre a Mulher, Gênero e Relações de Trabalho*. Goiânia, GO.
- Priore, M. D. (Org). (2006). *História das mulheres no Brasil* (8a. ed.). São Paulo: Contexto.
- Probst, E. R., & Ramos, P. (2003). A evolução da mulher no mercado de trabalho. *Instituto Catarinense de Pós-Graduação*, 1(1), 1-8. Recuperado de http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf
- Rabay, G. F., & Carvalho, M. E. P. (2011, janeiro/junho) Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano. *Democracia, Direitos Humanos e Gênero. Organizações e Democracia*, 12(1), 81-94. Recuperado de <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/776>
- Rago, M. (1998). Epistemologia Feminista: Gênero e História. In J. Pedro, & M. Grossi. (Orgs.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Mulheres.
- Rezende, E. F., & Pereira, E. S. (2013). *Os múltiplos papéis da mulher trabalhadora: um olhar do Serviço Social* (Trabalho de Conclusão de curso em Serviço social). PUC Minas, Uberlândia, MG.

- Ribeiro, D. (2014). *As diversas ondas do feminismo acadêmico*. Carta Capital [Blog], 2014. Recuperado de <http://migre.me/v85LJ>
- Saffioti, H. I. B. (1986). Feminismos e seus frutos no Brasil. In E. SADER (Org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez.
- Saffioti, H. I. B. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In A. O. Costa, & C. Bruschini (Orgs.), *Uma questão de gênero*. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Saffioti, H. I. B. (1999). O estatuto teórico da violência de gênero. In J. V. T. Santos (Org.). *Violência em tempo de globalização* (pp. 142-163). São Paulo: Hucitec.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa*. (5a ed.). Porto Alegre: Penso.
- Santos, L. S., & Diniz, G. R. S. (2011). Donas de casa: Classes diferentes, experiências desiguais. *Psicologia Clínica*, 23(2), 137-149. doi: 10.1590/S0103-56652011000200009.
- Santos, P. T., & Brandão, A. A. R. (2015, abril). A transformação da mulher na relação com o trabalho. *Revista psicologias*, 1. Recuperado de <http://revistas.ufac.br/revista/index.php/psi/article/view/208>.
- Santos, T. S. (2012, fevereiro). A condição feminina: dupla jornada de trabalho. *Revista P@rtes*. Recuperado de <http://www.partes.com.br/2012/10/08/a-condicao-feminina-dupla-jornada-de-trabalho/>
- Santos, T. S. (2015). A Condição Feminina: Dupla Jornada de Trabalho. *Revista Conexões Geraes. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais*, 3(6).
- Sarti, C. A. (1996). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.
- Senicato, C., Lima, M. G., & Barros, M. B. A. (2016). Ser trabalhadora remunerada ou dona de casa associa-se à qualidade de vida relacionada à saúde? *Cadernos de Saúde Pública*, 32(8), e00085415. Epub 08 de agosto de 2016. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00085415>
- Senkevics, A. (2013). *Mulheres e feminismo no Brasil: um panorama da ditadura à realidade* [Blog]. Recuperado de <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2013/07/11/mulheres-e-feminismo-no-brasil-um-resumo-da-ditadura-a-Atualidade/>
- Silva, R. V. (2016, fevereiro). *Maternidade e mercado de trabalho: avanços possíveis*. (Boletim Legislativo nº 42). Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado.

- Siqueira, C. K. B. (2015). As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. In *XXIV congresso nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC /Dom Helder Câmara*. Belo Horizonte, MG. Recuperado de <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/w8299187/aru8h4m8ampznw1z.pdf>
- Soares, V. (1994, outubro). MOVIMENTO FEMINISTA Paradigmas e desafios. *Estudos Feministas*, 11-24. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089/14633>
- Soihet, R.; & Pedro, J. M. (2007). A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, 27(54), 281-300. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>
- Sousa, I. F., Teixeira, K. M. D, Loreto, M. D. S, & Bartolomeu, T. A. (2011). “... Não tem jeito de acordar hoje e dizer: hoje eu não vou ser mãe!”: trabalho, maternidade e redes de apoio. *Oikos: Revista de Economia Doméstica*, 22(1), 46-63. recuperado de <http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/13800/21-347-1-PB.pdf?sequence=1>
- Souza, T. V. (2016, fevereiro). A influência do sexo e do gênero nas questões envolvendo segurança e saúde do trabalhador. *Revista Espaço acadêmico*, 177, 73-83.
- Spindola, T.; & Santos, R. S. (2003, setembro/outubro). Mulher e trabalho: a história de vida de mães trabalhadoras de enfermagem / Woman and work: the history of life of nursing professionals who are also mothers. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 11(5), 593-600. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n5/v11n5a05.pdf>.
- Stokke, Verena (1993). Is Sex to Gender as Race is to Ethnicity? In Teresa del Valle (Ed.), *Gendered Anthropology* (pp. 17-37). London: Routledge.
- Strey, M. N. (2007). Gênero, família e sociedade. In M. N. Strey, J. A. S. Neto, & R. L. Horta (Orgs.). *Família e gênero*. Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Taquette, S. R., Minayo, M. C. S., & Rodrigues, A. O. (2015, abril). Percepção de pesquisadores médicos sobre metodologias qualitativas. *Cad. Saúde Pública*, 31(4), 1-11. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00094414>.
- Thébaud, F. (2005) Sexe et Genre. In M. Maruani (Dir.). *Femmes, genre et sociétés: l'étatdessaivors* (pp. 59-65). Paris: La Découverte.
- United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (2015). *Records of the general conference: resolutions* (Vol. 1, pp. 151-156). Paris: UNESCO.
- Verza, F., Sattler, M., & Strey, M. N. (2015). Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. *Pensando famílias*, 19(1), 46-60. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n1/v19n1a05.pdf>

- Vieira, M. L., Bossardi, C. N., Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., & Piccinini, C. A. (2014). Paternidade no Brasil: revisão sistemática de artigos empíricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(2), 36-52. Recuperado de <http://146.164.3.26/index.php/abp/article/view/854/859>.
- Zirbel, I. (2007). *Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: Um debate*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina). Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

ANEXO 1 (Roteiro de entrevista)

Dados sociodemográficos:

Estado civil:

Idade:

Número de filhos:

Idade dos filhos:

Trabalha?

No que você trabalha?

Quantas horas você trabalha?

Renda pessoal:

Renda Familiar:

Casa própria?

Religião?

Gênero

1. Quando você pensa em ser mulher, o que te vem na cabeça?
2. Quando você pensa em ser homem, o que te vem na cabeça?
3. O que são coisas de homem para você?
4. O que são coisas de mulher para você?

Divisão de papéis no lar:

5. Como funciona a distribuição de tarefas na sua casa?
6. Quem são as pessoas que te auxiliam nas atividades domésticas?
7. E a educação dos filhos, como funciona essa responsabilidade?
8. Seu esposo se sente sobrecarregado, caso ele te ajude?

9. Qual o seu maior objetivo pessoal?
10. Em que momento você se dedica a sua vida pessoal (como namorar, atividades físicas, espiritualidade, entre outros)?
11. Você acha que trabalhar e estudar prejudica em algo seus filhos?

Mercado de trabalho, papel profissional:

12. Por que você trabalha?
13. Você se sente realizada profissionalmente?
14. Você se sente mais valorizada como cidadã por estar trabalhando?
15. Sua renda é importante para a contribuição familiar?
16. Qual o seu objetivo profissional?

Motivos para formação educacional:

17. Por que você estuda?
18. Depois que você começou a estudar, mudou alguma coisa na sua vida?
19. Qual seu objetivo em buscar a qualificação através do curso técnico?
20. Você pretende continuar a estudar até quando?
21. Como você concilia a realização das suas atividades, como estudar, trabalhar e cuidar do seu lar?
22. Você se sente sobrecarregada?

Anexo 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Rita de Cássia Assis Alves, aluna do mestrado da Universidade Tuiuti do Paraná, estou convidando você a participar de um estudo intitulado **A tripla jornada de mulheres que trabalham, administram seus lares e estudam em ensino técnico profissionalizante em Curitiba**. Este estudo é importante para trazer uma contribuição com os estudos relacionados às mulheres que vivenciam essas circunstâncias, com a sociedade que poderá entender e sensibilizar-se com o tema proposto, fortalecendo a importância de seu papel na família, na sociedade e no mundo acadêmico.

a) O objetivo desta pesquisa é analisar o papel das mulheres que trabalham, administram seus lares e estudam em ensino técnico profissionalizante de Curitiba.

b) Caso você participe da pesquisa, será necessário responder um questionário de forma sincera e clara.

c) Para tanto você deverá comparecer no Senac/Centro, o que levará aproximadamente 1 hora.

d) É possível que você experimente algum desconforto, principalmente relacionado a algumas perguntas, relacionado ao seu contexto familiar, como: constrangimento.

e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser constrangimento.

f) Os benefícios esperados com essa pesquisa são a sua contribuição para entendermos a dinâmica da vida de uma mulher com três jornadas. Nem sempre você será diretamente beneficiada com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.

g) A pesquisadora Rita de Cássia Assis Alves responsável por este estudo poderá ser localizada na Rua Leão Sallum, 526 Ap. 502 A - Torre C, pelo telefone (43) 9966-6807 ou pelo email rca.ouse@gmail.com, no horário das 8:00 às 12:00 horas para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

h) A sua participação neste estudo é voluntária, e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

i) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas como a Professora Orientadora Doutora Maria Cristina Antunes. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade**.

j) O material obtido como questionário será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado, ao término do estudo, dentro de 12 meses.

k) As despesas necessárias para a realização da pesquisa como: Xerox, canetas e transportes, não são de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou

responsável legal _____

m) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código, ou serão apresentados apenas dados gerais de todos participantes da pesquisa.

n) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tuiuti do Paraná, pelo telefone (041) 3331-7668. Rua: Sidnei A. Rangel Santos, 238 Sala 328 Bloco C. Horário de atendimento das 13:30 às 17:30.

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu recebi uma via assinada e datada deste documento.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Local, ____ de _____ de 20____.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou
responsável legal _____